



TENDÊNCIAS E CARACTERÍSTICAS DA INSERÇÃO DA UEMOA NO
COMÉRCIO INTERNACIONAL COM O MERCOSUL: POTENCIALIDADES E
PERSPECTIVAS.

Abogny Koffi Ahou Celine

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Engenharia
de Produção, COPPE, da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do título de
Mestre em Engenharia de Produção.

Orientador: Michel Jean-Marie Thiollent

Rio de Janeiro
Novembro de 2010

TENDÊNCIAS E CARACTERÍSTICAS DA INSERÇÃO DA UEMOA NO
COMERCIO INTERNACIONAL COM O MERCOSUL: POTENCIALIDADES E
PERSPECTIVAS.

Abogny Koffi Ahou Celine

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO ALBERTO
LUIZ COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA
(COPPE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE
DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Examinada por:

Prof. Michel Jean-Marie Thiollent, Ph.D.

Prof. Fabio Luiz Zamberlan, Ph.D.

Prof. Lia Hasenclever, Ph.D.

RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL

NOVEMBRO DE 2010

Celine, Abogny Koffi Ahou

Tendências e Características da Inserção da UEMOA no Comércio Internacional com o MERCOSUL: Potencialidades e Perspectivas / Abogny Koffi Ahou Celine. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2010.

XIV, 99 p.: il.; 29,7 cm.

Orientador: Michel Jean-Marie Thiollent

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia Produção, 2010.

Referências Bibliográficas: p. 75-78.

1. Blocos Econômicos. 2. Integração Econômica Internacional da UEMOA. 3. Formação do Mercado Comum UEMOA MERCOSUL. I. Thiollent, Michel Jean-Marie II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Programa de Engenharia Produção. III. Título.

EM MEMÓRIA DE MEU PAI

JOSEPH, ABONGNY KONAN
KOFFI

AGRADECIMENTOS

Agradeço em particular ao Professor Thiollent Jean-Marie Michel, pelo apoio e incentivo para concluir esse trabalho. Agradeço aos Coordenadores Fabio Luiz Zamberlan , Samuel Jurkiewicz e aos professores Henrique Fonseca, Nunes Cosenza e Elton Fernandes.

Agradeço também o programa da CAPES que me forneceu os subsídios necessários para realização deste trabalho. No departamento de Engenharia de Produção, recebi encorajamento e suporte indispensáveis de todas as secretarias e funcionários.

Agradeço a minha família, em especial aos meus pais queridos, Joseph Koffi (In memoriam) e Odile Kouassi, que sempre me dedicaram apoio moral e afetivo em todas as etapas da minha vida.

Ao maravilhoso e alegre povo brasileiro, que foi tão acolhedor e caloroso, não posso expressar toda a minha gratidão.

Resumo da Dissertação apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências (M. Sc.)

TENDÊNCIAS E CARACTERÍSTICAS DA INSERÇÃO DA UEMOA NO
COMÉRCIO INTERNACIONAL COM O MERCOSUL: POTENCIALIDADES E
PERSPECTIVAS.

Abogny Koffi Ahou Celine

Novembro /2010

Orientador: Michel Jean-Marie Thiollent

Programa: Engenharia de Produção

Esta dissertação tem o objetivo de analisar as características e a tendências da evolução do comércio exterior entre a UEMOA e o MERCOSUL no período de 1996-2005/6. O intuito da mesma é avaliar as potencialidades e perspectivas da inserção da UEMOA no comércio internacional com o MERCOSUL e buscar propostas para a realização de uma zona de livre comércio entre estes dois blocos econômicos e regionais.

A tese defendida ao longo do trabalho diz respeito às possibilidades de formação de um mercado comum entre a UEMOA e o MERCOSUL mesmo sendo economicamente diferentes.

Abstract of Dissertation presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Science (M.Sc.)

TRENDS AND CHARACTERISTICS OF INTEGRATION OF INTERNATIONAL
TRADE IN UEMOA WITH MERCOSUR:
POTENTIAL AND PROSPECTS.

Abogny Koffi Ahou Celine

November /2010

Advisors: Michel Jean-Marie Thiollent

Department: Production Engineering

This work aims to analyze the characteristics and trends of development of foreign trade between the UEMOA and MERCOSUL in the period 1996-2005/6. The purpose of it is evaluating the potential and prospects of integration of UEMOA trade with MERCOSUR and seek proposals for the realization of a common market between these two economic blocks and regions.

The argument throughout the work concerns the possibility of forming a common market between the UEMOA and MERCOSUR even being economically different.

Sumário

Capítulo 1 – Introdução.....	1
1.1 – Problema da Pesquisa.....	2
1.2 – Objetivo da Pesquisa.....	4
1.3 - Metodologia.....	7

Parte I – A Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Formação dos Blocos Econômicos como Instrumentos de Expansão do Comércio Multilateral

Capítulo 2 – GATT/OMC.....	10
2.1 – Histórico da Cooperação Econômica Internacional.....	10
2.2 – Organização Mundial do Comércio.....	11
2.3 – A Formação dos Blocos Econômicos como Instrumento de Expansão do Comércio Multilateral.....	12
2.3.1 – Definições e Concepções da Integração Econômica.....	12
2.3.2 – Vantagens da Integração Econômica.....	15
2.3.3 – Tipos de Tratados Econômicos.....	18
Capítulo 3- Os Blocos Econômicos Regionais.....	23
3.1 – MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.....	24
3.1.1 – Histórico do MERCOSUL.....	24
3.1.2 – Formação do MERCOSUL.....	25
3.1.3 – Características do MERCOSUL.....	26
3.1.4 – Problemas do MERCOSUL.....	28
3.2 – UEMOA – União Econômica e Monetária do Oeste Africana.....	30
3.2.1 – Histórico da UEMOA.....	30
3.2.2 – Formação da UEMOA.....	31
3.2.3 – Características da UEMOA.....	37

Parte II – Análise do Comércio Exterior Bilateral UEMOA-MERCOSUL

Capítulo 4 - UEMOA e MERCOSUL: Evoluções e Tendências do Comércio Internacional.....	49
4.1 – Repartição Geográfica.....	51
4.2 – Os Principais Produtos Trocados.....	52
Capítulo 5 – Desequilíbrio Intra e Entre Blocos.....	54
5.1 – Desequilíbrio Intra-Blocos.....	54
5.1.1 – Evolução Anual das Partes Relativas das Importações Extra-UEMOA (1996-2005).....	54
5.1.2 – Evolução do Comércio Intra-UEMOA (1996-2005).....	56
5.1.3 – Parte das Trocas Intra-UEMOA por Países Membros (2005-2006).....	57
5.2 – Desequilíbrio entre Blocos, UEMOA-MERCOSUL.....	58
5.2.1 – Parte das Trocas Relativas de Todos os Países da UEMOA com o MERCOSUL, com o Resto do Mundo e Intra-UEMOA.....	58
5.2.2 – Parte das Trocas Relativas Anuais entre os Países da UEMOA no Comércio Exterior (Intra-UEMOA, com o Bloco MERCOSUL e com o resto do Mundo) (1995-2005).....	58
5.2.3 – Parte das Trocas Absolutas de Todos os Países da UEMOA com o MERCOSUL e com o Resto do Mundo e Intra-UEMOA.....	61
5.3 – Coeficientes de Dependência.....	61
 Parte III – As Possibilidades na Inserção Positiva da UEMOA na Economia Mundial via MERCOSUL	
Capítulo 6 – Análise da Formação de um Mercado Comum entre UEMOA e o MERCOSUL.....	65
6.1 – Dificuldades na Formação de um Mercado Comum UEMOA-MERCOSUL.....	65
6.2 – Potenciais e Perspectivas Plausíveis da Formação de um Mercado Comum UEMOA-MERCOSUL.....	68
6.2.1 – Potencialidades.....	68
6.2.2 – Perspectivas.....	69
6.3 – Os Condicionantes de uma Integração Econômica Efetiva.....	71
6.3.1 – Condicionantes para uma melhor exploração do Potencial de Crescimento da UEMOA.....	71

6.3.2 – Sugestões a respeito do MERCOSUL.....	72
Capítulo 7- Considerações Finais.....	73
Bibliografia.....	75
Anexos.....	79

Lista de Figuras

Figura 1- Indicadores de Desenvolvimento Humano dos Países dos Blocos MERCOSUL e UEMOA (%).....	3
Figura 2- Evolução Geral das Exportações da UEMOA, de 1991 a 2008, em bilhões de FCFA.....	37
Figura 3 - Evolução geral das importações da UEMOA, de 1991 a 2008 em bilhões de FCFA.....	39
Figura 4 - Evolução das Importações e Exportações do MERCOSUL com a UEMOA (1995- 2009).....	50

Lista de Tabelas

Tabela 1- Número de Países que Respeitaram os Critérios de Convergência no Período 2000-2007.....	35
Tabela2-Balança Comercial da UEMOA (1995-2008) em bilhões de FCFA.....	42
Tabela 3 - Evolução das Importações e Exportações do MERCOSUL com a UEMOA no período de 1995 a 2009 (U\$S 1000).....	50
Tabela 4- Ranking dos Principais Parceiros Comerciais do MERCOSUL(1996-2006).	52
Tabela 5 - Ranking dos Fornecedores do PARAGUAI e Principais Produtos Vendidos em Grau de Importância.(1996-2006).....	53
Tabela 6 - Evolução Anual das Partes Relativas das Importações Extra – UEMOA em Volume por Continente de 1996 a 2005 (em %)......	57
Tabela7– Parte das Trocas Intra-UEMOA por País Membro em 2005 e 2006 (%).....	57
Tabela8-Comércio Exterior dos Blocos UEMOA e MERCOSUL (2001).....	59
Tabela 9 - Comércio Exterior dos Blocos UEMOA e MERCOSUL (2005).....	59
Tabela 10 - Parte das Trocas relativas de Todos os Países da UEMOA com o MERCOSUL e com o Resto do Mundo e Intra-UEMOA no Período de 1996 a 2006.....	60
Tabela 11 – Parte das Trocas Absolutas de Todos os Países da UEMOA com o MERCOSUL e com o Resto do Mundo e Intra-UEMOA (Média 1996-2005 e valor 2006).....	61
Tabela 12 - Coeficiente de Dependência da UEMOA e do MERCOSUL no Período (1996-2006).....	62

ABREVIACÕES:

ALADI – Associação Latino Americana de Integração
ALALC – Associação Latino Americana de Livre Comércio
ALALE – Associação Latino Americana de Trocas Livres
APEC – Cooperação Econmica da Ásia e do Pacífico
ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático
BAD - Banco Africana de Desenvolvimento
BCEAO – Banco Central dos Estados da África do Oeste
BEAC – Banco dos Estados da África Central
BENELUX – Belgium, Netherlands and Luxemburg (Bélgica, Holanda e Luxemburgo)
BID – Banco Internacional de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BOAD - Banco Oeste Africana de Desenvolvimento
CEAO – Comunidade Econmica da África do Oeste
CEDEAO – Comunidade Econmica dos Estados da África do Oeste
CEE – Comunidade Econmica Européia
CEI – Comunidade dos Estados Independentes
CEPAL - Comissão Econmica das Nações Unidas Para a América Latina
EU – União Européia
FMI - Fundo Monetário Internacional
GATT – General Accord of Tariffs and Trade
IDH - ndice de Desenvolvimento Humano
MERCOSUL – Mercado do Cone Sul ou Mercado Comum do Sul
NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte
SACU- Southern African Customs Union
OUA-Organização da Unidade Africana
UA-Unidade Africana

Capítulo 1 – Introdução

Para a maioria dos países a grande parcela do PIB é representada pelo comércio internacional - troca de bens e serviços através de fronteiras internacionais ou territoriais. Este tipo de comércio está presente em grande parte da história da humanidade, mas a sua importância econômica, social e política só se tornaram crescente nos últimos séculos.

No final da Segunda Guerra Mundial (1950-1973), os acordos de Brettons Woods e o GATT organizaram e favoreceram o comércio internacional, resultando no crescimento do comércio mundial. Esse período ficou conhecido como a época de ouro das trocas mundiais, se verificou o crescimento do PIB de vários países em torno de 10% ao ano. Entretanto, os choques do petróleo dos anos 1970 e 1979 provocaram uma queda média no rendimento a cerca de 5% ao ano. Isso ocasionou uma recessão prolongada e a tomada de medidas protecionistas por alguns países.

A partir de 1994, com o sucesso das negociações da rodada do Uruguai, ocorreu uma retomada ao crescimento econômico com a interdependência comercial das economias. Esse crescimento foi caracterizado por indicadores como: a taxa de abertura ao comércio exterior; a taxa de penetração de um mercado ou a proporção da demanda interior de produtos importados, o PIB, o PNB, o IDH, etc..

Diversos países, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento local e regional estabeleceram regiões econômicas, e assim tornaram mais rápidas as transações comerciais; isso facilita a livre circulação de pessoas, das mercadorias e dos capitais. Nos países em via de desenvolvimento ou não industrializados, por via da proliferação de arranjos regionais ou bilaterais, procuraram ter acesso aos mercados, a fim de assegurar os seus abastecimentos, atrair investidores e melhorar seu poder de negociação a nível internacional. A partir do surgimento do Mercado Comum Europeu, buscou-se distintas formas de arranjos regionais para concretizar a integração econômica em várias partes do mundo. Atualmente, são diversos os blocos regionais dentro e entre continentes.

Este trabalho vai se restringir aos blocos econômicos regionais seguintes: a União Econômica Monetária Oeste Africana (UEMOA) da África do Oeste e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) da América do Sul; a evolução e a forma de como se desenvolveram as economias dessas regiões, uma vez que os países da UEMOA, ao contrário dos países do MERCOSUL, não tiveram muito sucesso na sua integração econômica internacional.

1.1 – Problema da Pesquisa

A integração econômica dos países tem como objetivo uma melhor distribuição dos recursos comuns, devendo traduzir-se na criação de comércio, tendo como meta o progresso econômico, em particular, o aumento da renda nacional, e o melhoramento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Estas expectativas de integração econômica aparecem nas literaturas, de Benko (1998) e Decaluwe, Dissou, Patry (2008) apud Whaley (1996), as quais afirmam que a assinatura dos acordos de integração econômica foi o ponto central das trocas comerciais no mundo, após a segunda Guerra Mundial.

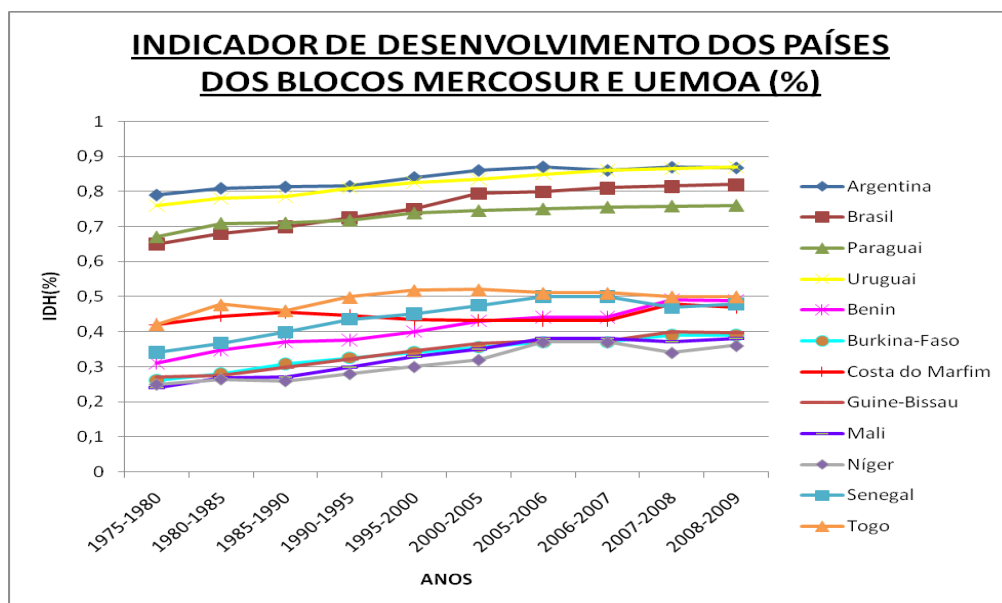
Na África, a União Econômica Monetária do Oeste da África (UEMOA) com a finalidade de promover a integração econômica entre seus oito países membros, que compartilham uma moeda corrente comum, o franco (CFA), este bloco econômico regional foi estabelecido pelo Tratado assinado em Dakar, Senegal, em 10 de janeiro de 1994, por Benim, Burquina-Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo. Em 02 de Maio 1997, Guiné Bissau tornou-se o oitavo estado membro. Estes países são caracterizados por uma economia, baseada sobre a agricultura cuja renda é baixa, com uma cadeia industrial no estágio embrionário, isto é, uma dependência preponderante das receitas de exportações dos produtos de base cuja elasticidade e demanda na venda no mercado internacional, estão em queda drástica contínua, sendo um prejuízo para a economia desses países. Pois a deterioração dos termos de intercâmbio dos produtos básicos enfraquece cada vez mais à economia dos países da UEMOA (Mytelka, 1996).

No que diz respeito aos países da América do Sul, sobretudo a integração econômica dos países-membros do MERCOSUL, este bloco foi formado com o intuito principal de manter a paz entre o Brasil e a Argentina, além de aproveitar as vantagens comparativas naturais e construídas (artificiais). O histórico do MERCOSUL mostra que seus países-membros tiveram o início, características econômicas semelhantes as atuais dos países da UEMOA; contudo os países do MERCOSUL conseguiram dar volta por cima na diversificação dos produtos de base, na oferta do mercado internacional de produtos de qualidade e com baixo custo. Esse desempenho se deve às reformas unilaterais empreendidas paralelamente a ajustes macroeconômicos importantes.

Uma comparação feita a partir de um relatório de pesquisa da Universidade de Sherbrooke, feita em 2007, mostra enormes diferenças entre os IDHs da UEMOA e do MERCOSUL.

O IDH é uma medida comparativa que engloba a riqueza, a educação e a esperança de vida. É uma forma padronizada de avaliação e medida do bem-estar das populações usada em geral pelo PNUD.

Figura 1: Indicadores de desenvolvimento dos países dos blocos MERCOSUL e UEMOA (%)



Fonte: Índice de Desenvolvimento Humano, Relatório 2007 - Perspectiva Mundo/Universidade de Sherbrooke.

Em relação ao IDH dos países do MERCOSUL, o Brasil foi o país que mais apresentou crescimento. Em 1980, seu IDH era menor do que o do Paraguai, hoje se encontra a 0,8% , índice superior aos dos países da UEMOA, contudo, ainda menor do que aos da Argentina e do Uruguai. O Paraguai detém o posto de menor IDH do bloco,

apesar de um modesto crescimento, no qual, atingiu patamares de 0,75% contra 0,6% encontrados até 1990, índice ainda superior ao da Costa do Marfim, do Senegal e do Togo.

Não seria correto atribuir toda a melhora sentida no IDH do Brasil ao comércio realizado através do MERCOSUL. No caso brasileiro, a estabilização da moeda, o controle da inflação, a diminuição da dívida externa e sobretudo a criação do desenvolvimento de um mercado interno forte, foram fundamentais para o crescimento econômico do Brasil, que refletiram no conseqüente aumento da renda per capita e do IDH. Ao contrário do Brasil, a Argentina vem sofrendo com instabilidades econômicas e políticas, refletidas em taxas muito baixas de crescimento econômico, causa da queda de seu IDH nos últimos anos.

Comportamentos deste tipo podem comprovar que a estabilidade econômica de um país é fator preponderante ao Índice de Desenvolvimento Humano de uma população, e que o MERCOSUL na verdade vem cumprindo um papel de comércio complementar entre países e não o da real integração regional e melhoria das economias locais como era de se esperar - com exceção do Paraguai que apresentou uma substancial melhora com sua entrada no MERCOSUL.

1.2 – Objetivo da Pesquisa

O principal objectivo do trabalho é estudar as características e tendências do intercambio comercial entre a UEMOA e o MERCOSUL, buscar meios e fazer propostas para um aumento das pautas de importação e de exportação do comércio internacional entre os dois blocos e avaliar plausíveis interações econômicas através de uma aproximação dos dois blocos do Sul (UEMOA e MERCOSUL), apesar das diferenças de seus indicadores econômicos.

O trabalho busca responder os seguintes questionamentos:

- As receitas aduaneiras representam, nos países da UEMOA, uma parte substancial do orçamento. Com uma vulnerabilidade financeira e econômica, uma industrialização embrionária e uma forte dependência dos credores, como a UEMOA pode inserir-se no comércio internacional com o MERCOSUL? Qual estratégia poderia ser aplicada para a organização do mercado comum entre a UEMOA e o MERCOSUL, posto que, o bloco MERCOSUL aplica tarifas aduaneiras extremamente baixas?

- Como aproximar os dois blocos para aproveitar as reduções de barreiras aduaneiras, aumentar a participação nos mercados a nível mundial, formar uma aliança Sul (UEMOA-MERCOSUL) e não mais atuar nas decisões dos países do Norte e nas negociações da OMC?

- Com dois blocos econômicos ainda com dificuldades exógenas e endógenas, que estratégia usar para conseguir afirmação de um mercado comum que possa enfrentar os países do Norte nessa corrida econômica mundial, além de elevar suas economias a um nível alto pelo bem-estar efetivo das populações?

A pesquisa oferece ainda indícios, através da análise da evolução geral das trocas comerciais de mercadorias entre a UEMOA e o MERCOSUL (1995-2008), que ajudam a sustentar a hipótese de que:

A inserção econômica externa da UEMOA através do MERCOSUL apresenta potencialidade para ambos.

A escolha do tema é vinculada à natureza de nossa formação que é a gestão, o comércio internacional e o marketing aplicado; em seguida a UEMOA é pouco conhecida na arquitetura econômica mundial e os poucos trabalhos existentes no que tange acordos econômicos UEMOA-MERCOSUL.

Assim como os autores Lavergne (1996) Agbohoun (1999), (Ouedraogo, 2003) (Hugon (2006), este trabalho acredita que a Promoção do Comércio Sul-Sul pode ser uma alternativa, para os países do Sul não industrializados, de inserção efetiva no sistema multilateral, sendo criando uma clivagem entre países do norte e países do sul;

Na décima primeira sessão da Conferência das Nações pelo Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) que aconteceu em São Paulo em 2008, o Presidente da Uganda, Yoweri Museveni, declarou que países em via de desenvolvimento representavam 20% das trocas mundiais em 1980. Após 25 anos elevaram a participação apenas 30 %, levando há uma urgência na busca de soluções entre os países do Sul para intensificar as relações Sul- Sul com a meta de equilibrar o comércio. Segundo ele, a fraqueza das exportações dos países africanos possui relação com as barreiras aduaneiras colocadas pelos países desenvolvidos, que dificultam o acesso a esses mercados. Seu receio é a prática protecionista, sendo desenvolvida de forma progressiva pelos países emergentes, tal situação foi denunciada como um ponto de desequilíbrio no comércio Sul - Sul. A eliminação desses obstáculos poderia, em longo prazo, gerar 100

bilhões de dólar por ano aos países pobres e 500 milhões de pessoas poderiam sair da pobreza nos próximos quinze anos, segundo um estudo realizado pelo Instituto Internacional Econômico e o Centro Global de Pesquisas. O Secretário Geral Koffi Annan, afirmou que em uma integração sul-sul, os países envolvidos devem aproveitar todas as oportunidades oferecidas pela cooperação comercial. Ele sugeriu também um esforço pela redução de 50% das taxas nas trocas mútuas, o que poderia levar a um ganho de 15,5 bilhões de dólares. Quanto a Ruben Ricupero, Secretário da CNUCED em 2001, considerou que o desenvolvimento das trocas entre países desenvolvidos em longo prazo vai ser muito rentável, pois o comércio entre países do Sul representam 40% de suas trocas exteriores e essa percentagem vai aumentar de todo jeito, devido ao fato da estagnação da população dos países industrializados nos próximos anos, cerca de 1,2 bilhões de pessoas, enquanto o Sul vai crescer de 5,5 para 6,4 bilhões.

Serra José, em uma entrevista concebida à Revista Exame, em 10/11/1993, relatou que:

“ Formando o MERCOSUL, a Argentina terá acesso livre a um mercado 3 vezes maior, o Uruguai a um mercado 60 vezes superior aos seus e o Brasil, a um mercado equivalente a 1/3 do seu. Aliás, “believe it or not”, as decisões sobre o MERCOSUL, no período de transição são tomadas entre os quatro países por consenso, ou seja, cada um tem poder de veto e voto, mesmo se tiver 2% do PIB de outro, trocando em miúdos, o rabinho abana o elefante”.

Bastos (2008) apud Maia (2001) relata que pesquisadores acreditavam que o MERCOSUL não iria sobreviver, devido às grandes disparidades existentes entre os níveis de desenvolvimento econômico de seus membros. No caso do Uruguai e do Paraguai especificamente, esses eram países demasiadamente dependentes de importações, contando com parques industriais pouco desenvolvidos, o que poderia dificultar a implantação de uma Tarifa Externa Comum (TEC), que pudesse beneficiar a todos de igual modo.

O processo de agrupamento dos países da América do Sul teve início desde 1950. Segundo Fonseca (1988), o MERCOSUL foi o resultado de diferentes tentativas a despeito de várias falhas. A realização do agrupamento dos países desse continente teve como principal meta: otimizar e aproveitar o potencial de cada país para trocar produtos, cujos custos de produção são baixos ao país vendedor, e viável para o país comprador. Sobretudo, manter a boa vizinhança, necessária para evitar conflitos que são fontes de desestabilização política, social e econômica. Com uma economia industrializada, sem dependência dos credores exteriores, um PIB positivo e sustentado, um IDH elevado, e um índice de desenvolvimento do comércio exterior crescendo, o MERCOSUL pode ser considerado por enquanto como tendo um perfil econômico exemplar para as economias do hemisfério sul.

1.3 – Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos, o trabalho está estruturado em três partes: (1) na abordagem de como a OMC e a formação dos blocos atuam como instrumentos de expansão do comércio multilateral; (2) na análise das características e tendências do intercâmbio comercial entre a UEMOA e o MERCOSUL no período entre 1995-2008; e (3) na avaliação das potencialidades e perspectivas plausíveis em relação à formação de um mercado comum entre os blocos econômicos regionais UEMOA e MERCOSUL.

O tipo de pesquisa qualitativa utilizada é o estudo de caso. No entanto, devido ao curto prazo, foram utilizadas fontes secundárias tais como bibliografias, resultados de pesquisas anteriores, e relatórios de organismos internacionais em relação ao comércio internacional, e a integração dos blocos regionais econômicos. Os dados foram coletados junto às estatísticas dos sites, da UEMOA, da BCEAO, do Banco da França e da ALADI ; também foram utilizados dados econômicos financeiros fornecidos por organismos internacionais tais como, a OMC, o FMI, a OCDE, o PNUD.

Parte I – A Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Formação dos Blocos Econômicos Como Instrumentos de Expansão do Comércio Multilateral

Capítulo 2 - GATT/OMC

2.1 – Histórico da Cooperação Econômica Internacional

O GATT

Após a segunda guerra mundial, em 1946 a Cooperação Econômica Internacional (CEI) era considerada uma garantia para manter a paz. Nesse sentido duas rodadas de negociações foram realizadas; a primeira a respeito da criação de um agrupamento de todas as nações para o comércio e a segunda, para reduzir as barreiras aduaneiras. A primeira rodada de negociações, a do Tratado de Havana, foi assinada em 24 de março de 1948 para a criação de uma Organização Internacional de Comércio (OIC), mas que nunca vigorou devido à falta de consenso entre os vários países, sobretudo a dos Estados Unidos da América, preocupados com a possibilidade de perda da sua soberania econômica.

Da segunda rodada de negociações nasceu um acordo, assinado por 23 países, em 30 de outubro de 1947, o “*General Accord of Tariffs and Trade*” ou GATT. De 1947 até 1994 o GATT organizou várias negociações, designadas ciclos ou rodadas, tendo como principal objetivo o cancelamento das restrições quantitativas e a redução dos direitos alfandegários.

O GATT apesar de ser fruto de um simples acordo, contribuiu para o estabelecimento de um sistema comercial sólido e próspero que voltou a ser mais liberal através das séries de negociações comerciais. Porém, foi necessário revisá-lo em 1980, porque o GATT não estava adaptado às realidades do comércio mundial e não parecia apto a enfrentar a complexidade dos câmbios mundiais, o progresso da globalização e o comércio de serviços. Pois, o GATT não previa medidas de sanções para reprimir, só emitia simples recomendações. Tal revisão ocasionou mais uma rodada de negociações, a do Uruguai (1994-1996), que foi a mais completa, pois tomou conta de quase todos os setores, entre eles, o setor agrícola, setor das medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS), setor têxtil (cancelado em 2005 dos acordos “multi- fibras”, assinados em 1974, para resguardar o têxtil europeu), o setor de serviços (AGCS) e o setor dos direitos de propriedade intelectual. Com a participação de 123 países na sua fase final, as negociações da rodada do Uruguai permitiram um acréscimo no volume

dos fluxos de comércio entre os países aderentes, com o compromisso de redução de direitos aduaneiros.

2.2 – Organização Mundial do Comércio

A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi estabelecida em 1994 em Marrakesh (Marrocos) para criar um âmbito de negociações que favorecesse um comércio liberal e transparente, de bens e serviços, sob uma base jurídica que viesse resolver os desentendimentos entre seus membros. Assim, a organização ficou responsável por promover a liberalização do comércio internacional e fiscalizar além das distorções do mercado mundial, o comércio entre os países de forma a combater e prevenir atos protecionistas que os mesmos adotam. Tais medidas vêm promovendo o aumento no volume do comércio internacional por meio da redução geral de barreiras alfandegárias. Esse movimento, no entanto, é acompanhado pela criação e fortalecimento dos blocos econômicos, que buscam manter maiores privilégios para os países membros.

A missão da OMC pode ser sintetizada nos seguintes quatro princípios:

1. Gerir e fiscalizar os acordos de livre troca estabelecidos pelo ato final da rodada de Uruguai em 15 de abril de 1994;
2. Arbitrar os conflitos comerciais entre as nações;
3. Expandir as livres trocas nos novos âmbitos pela abertura de ciclos de negociação;
4. Avaliar periodicamente as políticas comerciais dos países membros segundo o mecanismo de exame das políticas comerciais.

Contudo, o insucesso das últimas conferências (Seattle, Cancun, Genebra, Hong-kong e Doha), da OMC traduz suas fraquezas. Além dos desentendimentos diversos, o problema crucial é o da distribuição de subvenções aos produtores do norte em relação à agricultura, provocando distorções no mercado mundial, prejudicando de forma a tornar os produtos agrícolas do Sul, menos competitivos do que os do Norte.

Os países em via de desenvolvimento na OMC , representam quase dois terço dos 154 membros . Esses países tem cada vez um papel mais importante e ativo no seio da Organização Mundial do Comércio, devido a seu número; mas também pelo fato de

ocuparem um lugar de destaque na economia mundial, e por esses países considerarem cada vez mais o comércio como ferramenta incontornável nos seus esforços de desenvolvimento.

Todavia a OMC enfrenta dificuldades enormes a estabelecer um sistema de comércio equitável, a fim de coibir restrições e distorções nos mercados mundiais, e antecipando esses problemas. No entanto, as últimas negociações falharam apesar do longo prazo das negociações. Apesar das negociações globais feitas, subsiste ainda enormes desentendimentos a respeito de:

- a dificuldade de um melhoramento substancial no acesso aos mercados industrializados;
- enormes dificuldades para a eliminação das subvenções às exportações;
- redução substancial das medidas de apoio interno com efeito de distorções nas trocas.

Os acordos regionais permitiram a alguns grupos de países negociarem regras e compromissos mais firmes e com efeitos mais alargados do que poderiam ter conseguido a nível multilateral. Assim esses acordos são um complemento ao sistema multilateral. Algumas dessas regras ajudaram ao estabelecimento de alguns acordos da OMC; entre outros: Os serviços, a propriedade intelectual, as normas ambientais, as políticas de investimentos, e de concorrências foram assuntos de negociações que se tornam em seguida acordos ou temas de discussões na OMC. Contudo, o tratamento especial e diferenciado em favor dos países em via de desenvolvimento até o fim do ciclo de Doha não ajudou os países na prática a cuidar das suas necessidades no que tange notadamente o problema da segurança alimentícia e o desenvolvimento rural.

2.3 – A Formação dos Blocos Econômicos como Instrumento de Expansão do Comércio Multilateral

2.3.1 - Definições de Concepções da Integração Econômica

Os modelos de integração baseiam-se, fundamentalmente, na vontade dos Estados de obter, através de sua adesão, vantagens econômicas que se traduzirão em termos de:

a) Aumento geral da produção, através de um melhor aproveitamento das economias de escala;

b) Aumento da produtividade, através da exploração de vantagens comparativas entre membros de um mesmo bloco econômico;

c) Estímulo à eficiência, através do aumento da concorrência interna.

Na linguagem corrente a palavra INTEGRAÇÃO corresponde “à junção das diversas partes num todo”. Do ponto de vista econômico, a expressão integração econômica é referida em diversas acepções.

Bela Balassa define a integração econômica de duas formas: como um processo e como uma situação. Como um processo, a integração será o conjunto de medidas cujo objetivo é a abolição da discriminação e como situação corresponderá à ausência de formas diversificadas de discriminação entre as economias nacionais.

Outros autores, entretanto, têm concepções diferentes. Gunnar Myrdal, por exemplo, enuncia a integração como um processo sócio-econômico capaz de destruir barreiras sociais e econômicas entre diversos países.

Dessas diferentes definições podemos concluir que a integração econômica internacional refere-se às junções de várias nações num bloco regional e, portanto, quando a sua abrangência é de nível global, estamos em presença da integração mundial, ou seja, estamos diante do expoente máximo da integração.

Bastos (2008), Apud Beçak e Silber, diz que o processo de integração está intimamente ligado às correntes de pensamento econômico e estas por sua vez podem ser: marxista, estrutural voluntarista e clássico-liberal.

Apesar das diferenças entre os três tipos de pensamento econômico, todos concordam que a integração leva os países a eliminar barreiras sociais, políticas e econômicas para criação de uma nova estrutura que seja amparada pela cooperação das organizações internacionais.

A concepção marxista considera a integração como uma etapa tanto de aperfeiçoamento quanto de perpetuação da situação de dependência dos países subdesenvolvidos em relações aos países industrializados. Assim, qualquer movimento em relação à defesa de processos integracionistas, estaria vinculado ao interesse dos

países industrializados em dominar os países chamados subdesenvolvidos. A integração se apresenta como um processo viável para a sustentação do capitalismo, uma vez que perpetua as desigualdades entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos e seus benefícios para os países mais pobres seriam passageiros e, desta forma, incapazes de assegurar o desenvolvimento sustentável.

Segundo a concepção estrutural-voluntarista, a integração é a solução para alcançar o bem estar econômico e social dos países pelo fato de se beneficiar das vantagens do sistema de produção das nações integradas aos países subdesenvolvidos.

A integração poderia representar uma emancipação econômica em relação aos países industrializados uma vez que seria a responsável pela viabilização do desenvolvimento econômico conquistado pela ampliação dos mercados nacionais.

Em relação à concepção clássico-liberal, a integração é um desdobramento automático da economia de mercado, uma decorrência natural do capitalismo moderno caracterizada pela especialização e a competência para gerir produção em escala; processo irreversível por ser inerente aos desdobramentos do próprio capitalismo moderno, permitindo a redução dos custos de produção devido à melhor alocação dos fatores produtivos e possibilitando a competição e a penetração em diversos mercados. E essa participação dos países em outros mercados traria enormes ganhos à sociedade devido ao aumento da produção, da arrecadação de impostos e de geração de novos empregos.

Em relação à concepção clássica, pode-se dizer que a integração consiste na abolição de barreiras ou a redução progressiva das barreiras ao movimento de mercadorias, pessoas e capitais. Ter-se à em vista a formulação de uma política global de eliminação das distorções de políticas setoriais.

Numa ótica estrutural, a integração econômica baseia-se no dirigismo do estado através de medidas administrativas e legislativas.

A abordagem conceitual permite distinguir entre a integração nacional, internacional e mundial, cuja diferença baseia-se no grau de abrangência das integrações. Dessa forma, uma integração nacional não é mais que a integração de regiões dentro das fronteiras de um estado nacional, enquanto que a integração econômica internacional refere-se às junções de várias nações num bloco regional, proposta por Balassa em

1961. Assim a integração do ponto de vista econômico é um processo através do qual dois ou mais mercados nacionais anteriormente separados e de dimensões unitárias consideradas pouco adequadas se unem para formar um só mercado (mercado comum). Bastos (2008) Apud Irachande (1996) “ o termo integração tem se prestado a usos múltiplos. Com este mesmo pensamento tiveram vários estudos desde Balassa (1961), Schaponiks (1997) e Mucchielli (2005).

Para alcançar esse propósito é preciso realizar uma serie de ações para conectar as estruturas nacionais a fim de chegar com um mínimo custo social a um máximo de racionalidade econômica, política e social, no âmbito do que se pretende integrar. Isso exige normalmente um período transitório mais ou menos longo, a fim de evitar transformações demasiadamente bruscas ou drásticas.

2.3.2 – Vantagens da Integração Econômica

Uma síntese de Rasul Shams (2005) mostra que a integração por si só não resolve os problemas dos países, sendo que os intentos principais são as transformações de caráter nacional e o aproveitamento máximo das vantagens do comércio internacional que deverão acontecer. Assim, fica muito claro que a integração não se pode considerar como o caminho que leva à superação de todos os males das economias, particularmente os dos países em desenvolvimento e países subdesenvolvidos.

Para alcançar as metas do desenvolvimento generalizado, a integração econômica deve ser completada com uma série de medidas de transformação econômica interna dos países.

Os argumentos utilizados a respeito da integração são vastos e abrangentes, podendo ir desde o aproveitamento das economias derivadas da produção em grande escala (ou simplesmente economias de escala), à intensificação da concorrência dentro de um mercado ampliado, passando pelo aumento do poder de negociação perante países terceiros.

Economias de escala

Entrando numa análise mais profunda vemos que uma das principais vantagens da integração é o aproveitamento das economias de escala, vantagem essa que é o resultado de uma maior eficiência, baseada numa dimensão adequada do projeto que permite custos médios unitários mais baixos e que possibilita a concorrência no mercado internacional. As economias de escala só são possíveis quando a produção é realizada em projeto de grande dimensão, ou seja, quando a produção é realizada por grandes empresas, que apenas podem surgir visando mercados muito amplos.

Intensificação da competição

A ampliação do mercado resultante da integração pode conduzir a outra possível vantagem, que é a intensificação da concorrência.

Num mercado nacional, certos tipos de produções, para serem rentáveis, devem ser realizados por uma única empresa. No entanto, num vasto mercado comum podem ser várias as empresas que trabalhem com uma dimensão próxima do ótimo competindo entre si, e com uma série de efeitos favoráveis para o consumidor, como preços mais baixos, melhor qualidade, aceleração do processo tecnológico, entre outros.

Alguns autores vêem neste argumento certo risco e argumentam que a eventual intensificação da concorrência, subsequente à criação de uma zona de integração, pode ser sucedida de um estado de cartelização ao abrigo de uma tarifa externa comum (especialização regressiva).

—

A formulação mais coerente da política econômica nacional

Outro elemento que freqüentemente é visto com um grau de importância menor, mas que a curto e médio prazo não deixa de ter uma grande relevância é o fato que decorre da formulação mais coerente da política econômica nacional. Um país enquanto se desenvolve à margem de toda a espécie de cooperação e integração, pode levar desenvolver uma política interna que mais lhe convenha, desde que essa política seja compatível com as suas aspirações unilaterais. A participação em determinados organismos internacionais ou a adesão a acordos do mesmo tipo (FMI, GATT, etc.) supõe já a aceitação de certa disciplina, monetária, aduaneira e comercial. Não

obstante, a integração econômica, pelos maiores compromissos que envolvem, e pelos maiores riscos que implica, geralmente obriga de forma mais marcante ao melhoramento da política econômica nacional e à realização de transformações importantes na estrutura econômica.

Aumento do poder de negociação

Numa tentativa de medir o poder de negociação de um país, fazendo abstração da sua força militar, podem tomar-se alguns índices formados com base no Produto Nacional Bruto (PNB), no volume de comércio e na capacidade de financiamento exterior. Normalmente um país tem maior poder de negociação nas suas relações econômicas internacionais quanto maiores forem estas três grandezas.

Assim o poder de negociação também pode crescer por meio da integração, visto que uma atitude comum pensada pelos países como um todo tem, sem dúvida, uma força maior do que a soma do poder econômico de cada país do grupo de países em processo de integração – *“O todo é maior do que a soma das partes”*.

A regionalização favorece o desenvolvimento das trocas intra-setores (produtos similares ou complementares) e inter-setores (setores similares), criando também um fluxo de trocas intra-zona.

A regionalização dá um peso maior aos países de um bloco econômico nas negociações com o resto do mundo. A respeito das implicações políticas, Rasul Shams (2005) afirma que existe a garantia da segurança regional entre países ligados porque aumenta o grau de confiança, de entendimento e de compreensão, há uma redução de conflitos entre países vizinhos e uma melhoria da gestão dos riscos associados às políticas de segurança desenvolvidas pelos países individualmente.

Contudo, se os direitos aduaneiros representam a maior parte da receita de um estado, os acordos comerciais pela supressão de taxas aduaneira levam a uma perda de renda. Uma redução de importação, com direitos aduaneiros, de outros países para passar a realizar importações sem direitos aduaneiros, vindos de países membros, tem a mesma conseqüência. Nesses casos a conclusão de um acordo tem que ser feita buscando uma renda de substituição e para isso, segundo Rasul Shams (2005), é

necessário implementar uma política de reformas sociais como a introdução de uma taxa a valor agregado.

A distribuição desigual das vantagens da integração entre países membros pode levar ao desemprego nos países menos industrializados em favor daqueles mais desenvolvidos dentro de um bloco quando a concorrência torna-se maior. (Rasul Shams, 2005). Essa situação pode levar a exigência de um mecanismo de compensação, geralmente uma redução do ritmo da liberação ou uma política estrutural regional torna-se imperativa para corrigir essa situação.

2.3.3 – Tipos de Tratados Econômicos

A partir do Tratado de Roma e incentivados pelo seu êxito, surgiram em todo o mundo vários movimentos de integração econômica, em nível regional ou sub-regional, reunindo países desenvolvidos, países em desenvolvimento ou mesmo reunindo uns e outros. No caso específico da integração, eram apontadas várias vantagens que permitiriam o processo de integração: a especialização da produção a respeito das vantagens comparativas de cada país; as economias de produção em grande escala, provenientes do melhor aproveitamento da mão de obra especializada e a economia de maquinaria e de matérias primas; o aumento da eficiência e redução das tendências monopolísticas como resultado da concorrência com os bens similares produzidos na região.

Segundo (Bastos, 2008) existem dois grandes sentidos de integração econômica. O primeiro diz respeito ao fortalecimento do mercado doméstico, especialização na produção, a complementaridade das economias e a ampliação da base produtiva e de consumo. Neste caso a integração é a harmonização dos fatores e agentes econômicos nos parceiros (caso da Europa). No segundo sentido, a integração é como mecanismo para fortalecer os países diante do mercado externo, da competitividade comercial, da ampliação de exportação e da melhoria da balança comercial (o caso dos países subdesenvolvidos e/ ou em vias de desenvolvimento). Segundo Balassa (1961) e Mucchielli (1985), existem cinco tipos de tratados econômicos:

Zona de Preferências Tarifária

Segundo Bastos (2008) Apud Maia (2001), a *Zona de Preferência Tarifária*, ocorre quando dois ou mais países integrados decidem estabelecer tarifas diferenciadas entre seu comércio e aquele praticado com outros países de fora de área de preferência tarifária regional. Essa forma regional apenas concede benefícios tarifários aos membros, conforme interesse mútuo dos mesmos. Essa forma de regionalização consiste também na adoção recíproca, entre dois ou mais países, de níveis tarifários preferenciais, ou seja: as tarifas incidentes sobre o comércio entre os países membros do grupo são inferiores as tarifas cobradas de países não membros.

A diferença entre as tarifas acordadas e aquelas aplicadas ao comércio com terceiros mercados dá-se o nome de margem de preferência. Arranjos dessa natureza constituem, em geral, etapa preliminar na negociação de Zonas de Livre Comércio. A ALADI é um exemplo desse tipo de regionalização.

Zona de Livre Comércio

Este tipo de regionalização econômica prevê um rebaixamento dos níveis tarifários vigentes nos países signatários até chegar ao mínimo possível de alíquota entre todos os países arrolados no processo de integração.

Para tanto, são estabelecidos prazos para que o mercado e o setor público dos países integrados se adéquem às reduções e à futura eliminação tarifária, que pode ser feita em relação a um ou mais produtos (ou até todos os produtos da pauta de exportações), de acordo com o interesse do grupo de países integrados. Porém, no que tange ao tratamento para com os países que não fazem parte da Zona de Livre Comércio, todos os países membros mantêm total autonomia comercial para negociar com os países não membros.

Esta fase da integração torna o produto mais acessível ao consumidor final, devido à redução ou a eliminação da alíquota, e, logo, aumenta a concorrência entre as empresas no mercado ampliado. Segundo as normas estabelecidas pelo GATT, um acordo é considerado Zona de Livre Comércio quando abarca pelo menos 80% dos bens comercializados entre os membros do grupo. A NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) é um exemplo de Zona de Livre Comércio.

União Aduaneira

A União Aduaneira, além de manter todo o tratamento tarifário estabelecido pela Zona de Livre Comércio, ainda determina um tratamento único em relação aos mercados não envolvidos na Zona de Livre Comércio, mediante o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum - TEC. Isso significa que, é estabelecida uma tarifa única entre os países membros e os países que não fazem parte da União Aduaneira. Se os países do bloco possuem níveis de crescimento e desenvolvimento econômico diferenciados, existe, em geral, várias dificuldades na aplicação da TEC.

Desta forma, a convergência é aplicada de forma progressiva com o estabelecimento de lista de produtos de exceções e listas de produtos contemplando todos aqueles setores considerados sensíveis à concorrência internacional. (Bastos, 2008 Apud Maia, 2001 e Beçak, 1999).

Os setores que integram tais listas recebem um tratamento diferenciado dos demais, gozando de prazos maiores do que aqueles fixados em cronograma a fim de convergirem sem grandes problemas à TEC. Neste estágio, também são realizados simultaneamente programas de cooperação regional, respaldando a reestruturação produtiva.

A aplicação da TEC redundando na criação de um território aduaneiro comum entre os sócios de uma União Aduaneira, situação que torna necessário o estabelecimento de disciplinas comuns a respeito da alfândega, e em última análise a adoção de políticas comerciais comuns. O MERCOSUL e a SACU são exemplos da União Aduaneira.

Mercado Comum

O Mercado Comum pressupõe a total mobilidade de bens, serviços e pessoas, dentro do mercado integrado. Esta forma de regionalização econômica vai além da esfera comercial e necessita de uma coordenação harmoniosa entre as próprias políticas macroeconômicas dos países envolvidos (definição de metas comuns em matéria de juros, fiscal e cambial, por exemplo).

A diferença entre a União Aduaneira e o Mercado Comum é que a primeira regula a livre circulação de mercadorias, enquanto a segunda prevê a livre circulação de mercadorias e dos fatores produtivos, nomeadamente, o capital e o trabalho (Bastos , 2008 Apud Maia , 2001). Da liberalização desses fatores decorre, por um lado, a livre circulação de pessoas (trabalhadores ou empresas) e por outro, a livre circulação de capitais (investimentos, remessas de lucro, etc.). Do ponto de vista dos trabalhadores, a livre circulação implica não só a abolição de todas as barreiras fundadas na nacionalidade, mas também a instituição de uma verdadeira condição de igualdade de direitos em relação aos nacionais de outros países do bloco.

No que se refere ao capital, à condição de Mercado Comum supõe a adoção de critérios regionais que evitem restrições nos movimentos de capital de empresas oriundas de outros países do Mercado Comum, não poderá ser tratado como “ estrangeiro “ no momento de sua entrada (investimento) ou saída (remessa de lucros ou dividendos).

União Económica e Monetária ou União de Integração Total

A União Económica e Monetária pressupõe, além da livre mobilidade de serviços, pessoas e mercadorias inerentes ao mercado comum, a presença da TEC e a eliminação tarifaria entre os países integrados.

As instituições nacionais indicam representantes para as entidades supranacionais, e esses representantes comandam de forma económica e politicamente a região integrada. Além disso, é criado um Banco Central Único e é instituída uma Moeda Única, que circula na região. Também é formada uma Bolsa de Valores Única e são unificadas, ainda, as demais instituições normativas na região integrada. Nessa forma de regionalização económica, os países concedem sua soberania como nação para dar lugar a um novo tipo de governo de atuação conjunta de todos os países integrados, que é posta em prática pelos organismos supranacionais. A ação desse organismo deve garantir estabilidade política e económica aos países integrados, promovendo crescimento e desenvolvimento económico para todos, sem distinção. Como exemplos deste tipo de integração podem ser citados: a União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) e a União Europeia (EU), cujas estruturas são muito semelhantes.

Capítulo 3: Os Blocos Econômicos Regionais

Observamos atrás que o comércio internacional foi adotado como uma ferramenta estratégica pela maioria das regiões econômicas para aproveitar as vantagens comparativas e competitivas que cada país podia oferecer em troca do que precisava para se desenvolver e cuidar do bem-estar de sua população.

Para alcançar esses resultados foram realizados vários tipos de negociações multilaterais entre nações, que tinham como metas:

- Obter dos Estados membros uma uniformização dos direitos aduaneiros vis-à-vis das nações sem discriminação;
- Obter o compromisso dos Estados sobre uma consolidação, ou por outras palavras, não ultrapassar um nível tarifário limite¹.

Os Blocos Econômicos são associações de países, em geral de uma mesma região geográfica que estabelecem relações comerciais privilegiadas entre si e atuam de forma conjunta no mercado internacional (Bezerra, 2001). Uma das principais características na formação dos blocos econômicos é a redução ou a eliminação das alíquotas de importação, com vistas à criação de zonas de livre comércio. Para acelerar e expandir seus investimentos de forma multilateral fora do quadro das negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), que exige a supressão das preferências comunitárias nas transações comerciais, surgiram os movimentos de integração econômica regionais, sendo o primeiro deles a criação da CEE que mais tarde deu lugar a União Européia (UE) De acordo com (Bastos, 2008), cronologicamente os dois primeiros processos de integração a nível mundial foram o BENELUX (integração entre a Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo) e a CECA - Comunidade Européia do Carvão e do Aço. O objetivo principal era promover o fortalecimento e o

¹Esse nível não é obrigatoriamente a taxa existente. Por exemplo, um país em via de desenvolvimento que aplica uma taxa nas importações de carros pode se comprometer para não ultrapassar 50% e assim esse país tem uma reserva máxima para qualquer mudança dessa taxa até 30%. No tocante dos países desenvolvidos, a taxa de cobertura de consolidação é quase de 100%. A consolidação diz respeito a taxa a qual todo mundo concordou. Essas taxas na realidade representam objetivos a alcançar e por isso são acordados, entre os países membros, prazos de adaptação.

engrandecimento da Europa perante as duas superpotências mundiais, do momento: União Soviética e Estados Unidos da América, (Bastos , 2008 Apud Irachande ,1996).

Na África do Oeste, a União Monetária Oeste Africana (UMOA) deu início em 1963, e se transformou em 1994 em uma União Econômica e Monetária Oeste Africana (UEMOA).

Outros exemplos podem ser citados como são os casos da Comunidade Dos Estados da África do Oeste (CEDEAO), agrupando 16 países francófonos e anglófonos da parte Oeste de África do Oeste; da Southern África Development Community (SADC) na África Austral, a ASEAN no Oeste da Ásia, a NAFTA na América do Norte, etc.

Será apresentada a seguir a formação e as características dos blocos MERCOSUL UEMOA e, focos da pesquisa.

3.1 – MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

3.1.1 – Histórico do MERCOSUL

Segundo uma análise de Fonseca (1988), foi por instigação dos Estados Unidos da América, que foi criada a Comissão Econômica das Nações Unidas Para a América Latina (CEPAL) em 1948 com objetivo de ajudar na industrialização dos países da América Latina. Essa iniciativa não teve sucesso pelas mais diversas razões e é assim que uma segunda tentativa iniciada a 18 de fevereiro de 1960 deu lugar à criação da ALALE – Associação Latino Americana de Trocas Livre - agrupando a Argentina, o Brasil, o Chile, o México, o Paraguai, o Peru e o Uruguai.

O objetivo era o desenvolvimento de um mercado comum a partir de negociações debruçadas, essencialmente, sobre as vantagens comerciais. A ALALE expandiu-se com a integração do Equador (1961), da Venezuela (1966) e da Bolívia (1967). A criação de um mercado comum planejada durante doze anos e a balança comercial final foi positiva com uma evolução do PIB que cresceu de 8%, em 1960 até 13% em 1980, fundamentalmente devido aos produtos manufaturados.

A integração foi criada com o intuito de transformar as estruturas econômicas, o desenvolvimento das trocas econômicas e favorecer a organização do mercado comum na América do Sul. A expansão da América Latina, a partir de 1960, teve um

incremento considerável, mas os impactos da crise econômica mundial de 1980 levaram a um decréscimo do PIB dos países membros e trouxe dificuldades a respeito dos esforços de integração. Ainda assim, a percepção da importância dos países da América Latina sobre a economia americana (o principal cliente da ALADI) acelerou o processo de industrialização e isso serviu de trampolim para incremento das exportações e das relações comerciais com o resto do mundo. Com isso foi decidida a criação de uma região comercial, cujas características eram buscar os custos de produção mais baixos e desenvolver uma política agressiva de exportações, a qual foi associada a uma substituição das importações e assim obter um excedente de divisas para financiar o pagamento das suas dívidas e satisfazer as necessidades crescentes de suas populações.

3.1.2 – Formação do MERCOSUL

A formação do MERCOSUL foi feita em três etapas: a primeira, em dezembro de 1985, o presidente brasileiro José Sarney (Brasil) e o presidente Raul Alfonsín (Argentina) assinaram a Declaração de Iguazu, que foi a base da integração econômica do MERCOSUL. Após um período ditatorial e enfrentando a necessidade de reorientar suas economias para o mundo exterior e globalizado, os dois Presidentes assinaram, em 1986, o Pacto de Integração e de Cooperação Econômica e em 1988 o Tratado de Integração, de Cooperação e de Desenvolvimento com o projeto de formação de um mercado comum. Portanto foram negociados e aplicados vinte e quatro protocolos, que determinam as primeiras complementaridades e interesses comerciais, como o do protocolo do trigo, cujo Brasil tem a obrigação de comprar com a Argentina, a quantidade necessária no lugar de produzi-lo, evitando assim despesas mais caras. Em 1990, a primeira etapa foi completa com o Acordo de Buenos Aires que estabeleceu regras para resolver os desentendimentos comerciais. O Paraguai e o Uruguai juntaram-se a Argentina e o Brasil nesse processo de integração regional.

A segunda etapa deu-se em 26 de março de 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção. O protocolo de ouro preto assinado em 16 e 17 de dezembro deu uma personalidade jurídica internacional ao MERCOSUL, onde foi estabelecida a formação de seis estruturas interestaduais e a necessidade de seguir e alcançar o processo de integração. Em 1995 os quatro países decidiram pelo estabelecimento de

uma Tarifa Exterior Comum (TEC) de 15 % revisável, da harmonização das legislações e da cooperação de suas políticas setoriais. A terceira etapa foi iniciada com a criação efetiva do MERCOSUL em 1995. Os membros associados são o Chile (1996), a Bolívia e o Peru em 2003, o Equador e a Colômbia em 2004, e a Venezuela que iniciou sua integração com membro desde dezembro do ano 2005.

3.1.3 – Características do MERCOSUL

O MERCOSUL, a quarta potência econômica mundial, é considerada, por um número importante de observadores, como um exemplo de síntese de reformas unilaterais empreendidas paralelamente a ajustes macroeconômicos importantes. Bastos (2008), afirma em seu trabalho, que a formação do MERCOSUL, resultou no crescimento do comércio intra-bloco, das economias dos países membros e de um aumento das entradas de IDE nesse arranjo econômico, regional. O autor, apud Coggiola, 2004, p77:

“A adesão ao mercado regional era movimento preparatório de uma maior e mais profunda adesão ao mercado mundial globalizado, em benefício das áreas mais ricas e das grandes empresas transnacionais. A constituição acelerada do MERCOSUL deve-se, antes a pressão externa, mas também a outra interna, a medida que o novo bloco regional possibilitaria aumentar o tamanho do mercado, sem tocar no problema de seu crescimento no país ou na repartição da renda. Passa-se, assim, para um mercado alargado sem necessidade de atender as reivindicações de aumentos de salários, melhorias de condições de vida e de distribuição mais equitativa de riqueza em termos sociais e regionais”.

De acordo com o autor, as exportações mundiais feitas pelo grupo do MERCOSUL, entre 1999-2004, foram animadoras. Observou-se um acréscimo de US\$ 74,3 bilhões para US\$ 135,5 bilhões. O saldo das exportações intra-bloco, passou de US\$ 15 bilhões para US\$ 17 bilhões, as exportações extra-bloco passaram de US\$ 59 bilhões para US\$ 118 bilhões. A corrente comercial do MERCOSUL se acrescentou de US\$ 156 bilhões em 1999 para US\$ 229,5 bilhões em 2004; a do comércio intra-bloco passou de US\$ 31,0 bilhões para US\$ 35,0 bilhões em 2004 e a corrente de comércio extra-bloco passou de US\$ 126,0 bilhões em 1999 para US\$ 194 bilhões em 2004.

A formação do MERCOSUL proporcionou ganhos em termos de estabilidade democrática. Em relação ao desempenho comercial individual dos países membros, entre 1995 e 2004, Bastos informa que o comércio intra-regional passou a ser mais importante para Paraguai a partir da formação do MERCOSUL, onde, em 1990, 27,45% de suas exportações totais eram absorvidas pelo comércio intra-MERCOSUL, passando a 32,9% em 2004. Após análise dos saldos comerciais do Uruguai, o autor chegou às seguintes conclusões: entre 1990 e 1998, as exportações uruguaias para o MERCOSUL cresceram a uma taxa de 12% ao ano após a formação do bloco, enquanto as exportações uruguaias para o resto do mundo cresceram a uma taxa de apenas 1,3% ao ano. O MERCOSUL elevou **significativamente** sua importância como importadora de produtos uruguaios. A respeito do Brasil,

“ele apresentou saldo positivo em todo o período (1999-2004) no bloco, somente em relação ao Paraguai. Em relação à Argentina, os saldos brasileiros foram negativos de 1999 a 2004, inclusive nos anos que se seguiram a tão comentada, criticada e conturbada desvalorização do real.

Em relação ao Uruguai, os saldos para o Brasil deram-se, apenas, após o ano da desvalorização do real (1999), estendendo-se até 2001 (ano que deflagrou a crise financeira argentina), mostrando a importância que as políticas brasileiras possuem para a modificação das tendências comerciais dos parceiros intra- bloco. ” (Bastos, 2008, p 129).

Bastos, afirma também que em 2008, os saldos comerciais da Argentina em relação ao Paraguai e ao Uruguai, de 1995- 2004 foram positivos. Com o Brasil, a Argentina apresentou saldos comerciais positivos de 1995 -2003, com exceção para o ano de 2004.

Em conclusão podemos afirmar que o comercio internacional é um fator de desenvolvimento econômico pelos países membros do MERCOSUL. Apesar desse desempenho comercial , existe vários problemas internos ao bloco .

3.1.4 – Problemas do MERCOSUL

Segundo Batista (2008), o MERCOSUL ou Mercado Comum do Sul é na realidade uma União Aduaneira imperfeita, devido às dificuldades encontradas nas negociações a respeito da TEC de cada produto, sobretudo quando os países arrolados no processo de integração possuem níveis de crescimento e desenvolvimento econômico diferenciado. Para assegurar a gradativa convergência da TEC e evitar tensões, os países membros estabeleceram listas de exceções e listas de adequação de produtos, contemplando todos aqueles setores considerados sensíveis a imediata concorrência Internacional. Ao Mercado Comum falta além da liberação da livre circulação de pessoas (trabalhadores ou empresas) e da abolição de todas as barreiras fundada na nacionalidade, a instituição de uma verdadeira condição de igualdade de direitos em relação aos cidadãos nacionais e de outros países do bloco. Alguns setores, porém, mantém barreiras tarifárias temporárias, que deverão ser reduzidas gradualmente. Além da extinção de tarifas internas, o MERCOSUL estipula a união aduaneira, com a padronização das tarifas externas para diversos itens. Ou seja, os países-membros comprometem-se a manter a mesma alíquota de importação para determinados produtos. Referências são feitas a respeito de: as entraves na implementação efetiva da zona de livre comércio que se traduzem por controvérsias em alguns setores (açucareiro, automotivo, calçados, produtos têxtil, o setor siderúrgico, laticínios, arroz e trigo na região sul do Brasil etc.) (Batista,2008). Segundo o autor existe um déficit entre o acordado e o realizado que se traduz pela influencia de grupos de interesse; a tese defendida por ele, diz respeito a influencia de grupos de interesse que influem na política comercial (ao demandarem maior proteção ou abertura comercial/ liberalização comercial); assim no caso do MERCOSUL, os grupos de interesse, ao terem algumas de suas demandas por proteção atendidas pelo governo, provocam desvios no processo de convergência á TEC previamente negociada e ao programa de liberalização intra -bloco.

Com mais detalhes Batista (2008), explica o caso da Argentina cujo açúcar é um produto sensível no lado argentino. Mesmo tendo aprovado o Decreto 797/92 durante o período de transição do MERCOSUL.

Para o governo argentino, o setor açucareiro é um setor bastante sensível. Isso porque a produção se localiza principalmente em áreas mais pobres do norte do país (em províncias como Tucumán, Salta e Jujuy) que poderiam sofrer drástica elevação nos índices de desemprego, caso o comércio intra-bloco fosse efetivamente liberalizado. (Batista, 2008)

“... o setor açucareiro argentino passou a adotar uma estratégia mais ofensiva na defesa de seus interesses, pressionando o Congresso argentino a aprovar uma lei sobre o tema a partir de suas demandas. Diante da pressão do setor açucareiro e temeroso de revessas nas eleições que iriam se realizar no mesmo ano (1997), o Congresso argentino aprovou uma lei condicionando a diminuição de tarifas alfandegárias ao fim dos subsídios brasileiros” (Araujo ,2008 Apud Santana e Kasahara , 2007).p.65

Porém, o açúcar que não deveria ficar excluído indefinidamente da área de livre comércio, foi mantido fora do plano de convergência pela Argentina. Na busca de algum tipo de acordo para preservar os objetivos iniciais da constituição de uma área de livre comércio plena, um subgrupo de trabalho foi organizado para resolver o assunto. No entanto, até maio de 2008, a importação de açúcar brasileiro pela Argentina pedia o pagamento de alíquota de 18% de uma sobretaxa que variava de acordo com o preço internacional do açúcar.

Os projetos de integração físicos, o desenvolvimento das infra-estruturas de transporte e outros estimularam a aproximação econômica dos países do MERCOSUL; o Brasil adotou uma política monetária quase semelhante a da Argentina; esses fatos favorecerem um pouco a convergência macroeconômica. O mercado brasileiro atraiu os produtos agrícolas e energéticos da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, enquanto os mercados destes países abasteceram-se de produtos industriais brasileiros. Cerca de 90% das mercadorias fabricadas nos países-membros podem ser comercializadas internamente sem tarifa de importação.

Os países-membros totalizam uma população de 206 milhões de habitantes e um PIB de 1,1 trilhões de dólares. A sede do MERCOSUL se alterna entre as capitais desses países. Segundo a cláusula de 1996, só integram o MERCOSUL nações com instituições políticas democráticas.

O MERCOSUL enfrentou dificuldades ao longo de seu processo de integração como a crise financeira brasileira em 1999, que prejudicou as exportações dos três outros países com a desvalorização da moeda brasileira; teve também o colapso da economia argentina durante a crise Argentina em 2002, com a perda da poupança monetária que levou também uma recessão catastrófica com uma queda do PIB de 46% e um maior prejuízo para o Uruguai e o Paraguai criando uma crise de confiança entre parceiros. No entanto a vontade de conseguir o projeto de integração não desapareceu nos lados

econômicos e políticos. Entre os progressos do MERCOSUL pode-se citar a aplicação efetiva da Tarifa Exterior Comum nas trocas com o resto do mundo, a redução do número de produtos da lista de exceção respeitando conjuntamente um calendário que foi fixado para cancelar a lista em 2008. Medidas são tomadas para harmonizar regimes especiais de importação, aplicados por todos os membros. Apesar de isso, o exemplo do MERCOSUL é um fato real do sucesso de diversificação dos produtos de base, de incentivo a consumo dos produtos locais pela população, de nova industrialização, desenvolvimento e adaptação do know-how local e da tecnologia, de crescimento das trocas intra -MERCOSUL, a inovação e o uso de meios e técnicas de produção modernas adaptadas as necessidades e ao grau de poder de compra de suas populações.

3.2 – UEMOA – União Econômica e Monetária do Oeste Africana

A UEMOA é uma ilustração do quinto tipo de integração da tipologia de Balassa. Os países da União compartilham uma mesma moeda, o F CFA (Franco da Comunidade Financeira Africana); a união econômica e monetária (cuja sede em Ouagadougou, Burkina-Faso); um Banco Central (com sede em Dakar, Senegal); e uma Bolsa de Valores, a Bolsa Regional dos Valores Mobiliaries (BRVM) em Abidjan (Costa do Marfim). A união caracteriza-se pelo reconhecimento e a aceitação do uso da mesma moeda o F CFA, cuja emissão é confiada pelo Banco Central dos Estados da África do Oeste (BCEAO) e o estabelecimento de um acordo com a França que garante essa moeda comum.

3.2.1 – Histórico da UEMOA

A partir do século XIX, os movimentos da descolonização começaram a incentivar o fim da escravidão. Na Alemanha, entre o período 15 de novembro de 1884 a 23 de fevereiro de 1885, aconteceu o Congresso de Berlim, que tinha com meta a redução dos conflitos entre países colonizadores, com a instituição da liberação do comércio na África (Djossou, 2000).

O continente foi dividido sem tomar consideração das necessidades dos povos, a realidade étnica, a identidade, lingüística, religiosa, política das sociedades pré-coloniais e as realidades naturais. Fronteiras artificiais e arbitrárias foram traçadas e impostas aos africanos. As conseqüências dessa partilha é a fonte principal de varias fraquezas do continente até hoje que são de ordem política, econômica e jurídica. Desde os primeiros anos das independências, após 1960, a delimitação das fronteiras foi uma preocupação dos chefes dos Estados e já causava desentendimento. A opção escolhida foi manter as fronteiras traçadas pelo colonizador, o que é uma das causas principais de vários conflitos estaduais. Em 1964 na primeira conferencia da Organização da Unidade África (OUA, 1963) foi reafirmada a intangibilidade das fronteiras feitas pelos países colonizadores. Os principais objetivos da OUA foram : (1) cancelar os vestígios do colonialismo e do apartheid ; (2) reforçar a unidade e a solidariedade dos países africanos; (3) coordenar e intensificar a cooperação em favor do desenvolvimento, defendendo a soberania e a integridade territorial dos países membros ; (4) e favorecer a cooperação internacional, no quadro das nações unidas. Em 2002, a União Africana (UA) substituiu a OUA e agrupou 53 membros. A UA foi estabelecida para **promover** o processo de integração, considerada como indispensável para o crescimento econômico do continente Africano. A UA é constituída de cinco partes: África do Magrehb ou do Norte; África Austral; África do Este; África do Oeste e África Central. A África do Oeste, ou Ocidental ou Subsaariana é composta da UEMOA além de seis países anglofónos e a Guiné Conakry. A UEMOA é parte do foco de nossa pesquisa.

3.2.2 – Formação da UEMOA

Dois acordos regem a integração econômica e a integração monetária dos países da UEMOA, o primeiro, o Tratado da União Monetária Oeste Africana (UMOA) assinada em 1962, tomava conta dos assuntos a respeito da integração monetária; e o segundo acordo, o Tratado da Comunidade Econômica da África de Oeste (CEAO), foi assinado em 1973, cuja meta era promover a cooperação comercial e setorial entre países membros (Bezeme,2002).

Após as independências (1958-1960), em 12 de maio de 1962, seis países da África Ocidental, que constituíam a zona franca, nomeadamente Dahomey (Benin), Alto-Volta (Burquina-Faso), Costa do Marfim, Senegal e Níger criaram uma união monetária, a UMOA - União Monetária Oeste Africana - e dessa união monetária, também chamada de “*Club Francophone*”, foi estabelecida a CEAO (Comunidade Econômica da África do Oeste) instituída pelo Tratado de Abidjan, em 17 de abril de 1973, com objetivo de criar um espaço econômico e aduaneiro unificado e organizar, a nível regional, uma política ativa de cooperação e de integração econômica, com particular incidência para os setores agrícola, industrial, de transportes e comunicações e de turismo, e assim desenvolver de forma preferencial as trocas comerciais entre os membros da comunidade econômica.

A União Monetária Oeste Africana (UMOA) foi criada para resolver três principais preocupações:

- Organizar, em curto prazo, uma convergência das políticas macro-econômicas nacionais com uma moeda comum;
- Realizar a abertura efetiva dos mercados nacionais e a função de um mercado unificado de tamanho compatível com exigências de rentabilidade dos investimentos necessários para relançar o crescimento econômico dos países membros;
- Criar condições de otimização e exploração das potencialidades econômicas dos membros por um acréscimo as oportunidades de trocas intra-regionais.

A necessidade de consolidar a UMOA foi uma emergência depois de se ter agravado a crise econômica de 1980, que teve como conseqüência a drástica queda dos preços de venda dos produtos primários cujas receitas representam a principal e a maior fonte de renda dos países da UMOA.

A União Econômica Monetária Oeste Africana (UEMOA) foi instituída pela UMOA e um Tratado adicional que lhe munia do Banco Central dos Estados da África do Oeste (BCEAO) e do Banco Oeste Africana de Desenvolvimento (BOAD), instituições especializadas autônomas.

Esse Tratado adicional que instituiu a UEMOA foi assinado em Dakar (Senegal), em 10 de Janeiro de 1994, pelos presidentes de sete países da África do Oeste,

nomeadamente, Benin, Burkina-Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo. O tratado da UEMOA entrou em vigor em 1º de Agosto de 1994 e, em 2 de maio de 1997, integrou o seu oitavo membro a Guiné Bissau.

Segundo Hamacire (2005), uma das principais causas da formação da UEMOA, é a partilha da África no congresso de Berlim, depois da segunda guerra mundial; esse fato tem sido como consequência, a exigüidade dos mercados da UEMOA. O autor também acredita na idéia de que as duplicações dos projetos concorrentes não podiam ser viáveis na mesma região (CEDEAO, 1975 e UMOA, 1962/CEAO, 1973/UEMOA, 1994). A integração econômica apareceu com a finalidade de reduzir os conflitos, e coordenar as políticas dos projetos de desenvolvimento para aumentar as capacidades econômicas dos países desta região e também torná-los atrativos ao investimento.

Sendo uma integração institucional aberta, os objetivos da UEMOA são:

- Reforçar a competitividade das atividades econômicas e financeiras dos países membros, em um mercado aberto e competitivo, dentro de um ambiente jurídico racionalizado e harmonizado;
- Assegurar a convergência dos desempenhos e das políticas econômicas dos países membros pela instituição de um processo de vigilância multilateral;
- Criar entre os países membros um mercado comum baseado na livre circulação de pessoas, de bens, de serviços e de capitais e o direito de estabelecimento das pessoas que desenvolvem atividades independentes ou salariais;
 - Estabelecer uma tarifa exterior comum e uma política comercial unificada;
 - Instituir uma coordenação das políticas setoriais nacionais através da aplicação de ações e políticas comuns nos âmbito dos recursos humanos, planejamento territorial, agricultura, energia, indústria, minas, transporte, infra-estruturas e telecomunicação;
 - Harmonizar se necessário pelo bom funcionamento do mercado comum, as legislações dos países membros e particularmente o regime da fiscalização;

Com finalidade de realização de um mercado comum, foi estabelecida uma União Aduaneira, e uma tarifa exterior comum (TEC) foi adotada e entrou em vigor desde o ano 2000. Essa tarifa foi pensada de forma a não baixar o fluxo e o volume de trocas entre países, mas, foram aplicadas algumas taxas e transferências financeiras para compensar as perdas individuais de todos os países. Esse mercado comum supõe uma

livre circulação de bens, pessoa, capitais e serviços. Para alcançar seus objetivos a UEMOA utiliza as ferramentas seguintes:

Política monetária comum: A política monetária comum confere disposições do Tratado assinado em 14 de novembro de 1973, a respeito da União Monetária Oeste de África (UMOA) e pelos textos subseqüentes. A política monetária é assegurada por um Banco de emissão comum, o Banco Central dos Estados da África do Oeste (BCEAO), de acordo com os objetivos da União.

Harmonização das legislações econômicas: A harmonização das legislações dos Estados membros que favorece uma maior flexibilidade e assim cada Estado tem sob seu controle ações próprias, estabelecendo simultaneamente uma área de simbiose jurídica extremamente maior entre parceiros. Essa harmonização concerne: a fiscalização e as finanças públicas, as normas técnicas e sanitárias, os procedentes de homologação e de certificação, as restrições a respeito das trocas entre estados membros, as restrições do direito de estabelecimento, da livre prestação de serviços e das disposições aduaneiras.

Coordenação das políticas econômica e orçamentárias: É considerada como crucial para a realização dos objetivos do Tratado da UEMOA. Trata-se de evitar o “cada um por si” e ultrapassar esse risco construindo junta uma política comum baseada nas vantagens de todos os países membros. Uma coordenação que se traduz para uma convergência e uma coerência das políticas econômicas nacionais, da política monetária e as políticas fiscais. A flexibilidade e o progresso (lento, mas positivo) do processo de convergência, a transparência da informação econômica através de indicadores econômicos sem falhas a respeito da situação econômica nacional dos países membros.

Constata-se a vontade (mesmo se não é suficiente na prática) de conseguir a integração econômica e regional intra-UEMOA e para isso um dispositivo de vigilância multilateral foi estabelecido, porém a maioria dos países tem dificuldades a alcançar ou respeitar os critérios de convergência. Na tabela abaixo podemos visualizar um exemplo.

Tabela 1: N° de Países que Respeitaram os Critérios de Convergência no Período de 2000 a 2007.

Critério de Vigilância/ Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
1- Saldo orçamentarial/PIB	2	4	4	3	4	3	3	5
2-Inflação	6	1	4	6	8	1	7	6
3-Taxa de dívida	2	2	2	3	4	5	5	5
4-Não Acumulação de dívidas / atraso de pagamentos	4	4	5	5	5	4	4	5
5-Massa salarial / Receitas fiscais	3	3	3	4	4	3	5	4
6-Investimento / Receitas fiscais	2	4	3	5	4	4	4	4
7-Saldo conta corrente (fora doações)	1	1	1	1	1	1	1	1
8-Taxa de pressão fiscal	2	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: UEMOA, Impactos da crise Financeira Internacional sobre as Economias da UEMOA, Jan 2008.
http://www.uemoa.int/CentreOMC/Stat_UEMOA.htm

A análise dos resultados de convergência da União no período de 2000 a 2007 não é reluzente. Essa análise coloca em evidencia a vulnerabilidade das diferentes economias nacionais diante dos choques exógenos, tais como, perturbações do clima, flutuações (decrecente) dos preços de exportação dos materiais primários da UEMOA no mercado mundial; o encarecimento contínuo do preço dos produtos do petróleo e da energia elétrica. Portanto, a situação de convergência antes a crise do ano 2008, mostra a insuficiência do ritmo de convergência que foi tão lento que nenhum país membro da União conseguiu alcançar de forma sustentável os quatro primeiros critérios.

Também foram organizadas políticas econômicas com metas a alcança dos objetivos econômicos de todos os países membros a respeito de um crescimento sustentável da renda média, da distribuição da renda, do saldo sustentável do balanço dos pagamentos

correntes, da estabilidade dos preços e da melhoria da competitividade internacional das economias da União.

Política Agrícola Única (PAU): É regida pelo ato adicional 03/2001 de 19 de Dezembro e tem como meta assegurar a convergência das políticas agrícolas dos estados membros e instaurar uma área agrícola integrada dentro da UEMOA. Os objetivos secundários são a realização da segurança e auto-suficiência alimentar dentro da UEMOA, tendo em conta as complementaridades entre os estados membros e suas vantagens comparativas respectivas; o incentivo do crescimento sustentável da produtividade agrícola, por via da ampliação do conhecimento e do progresso técnico e desenvolver e racionalizar a busca de uma produção de qualidade das cadeias agrícolas, de pecuária e da pesca e, finalmente, o uso ótimo dos fatores de produção particularmente a mão de obra formada nas técnicas adequadas de produção.

Dupont e Leloup (2001), sustentam que houve dois movimentos de regionalização, sendo a primeira antes da criação da OMC e o segundo depois da criação da OMC. Aqueles autores, citam Keynes, para explicar que os fatores que levaram ao fracasso do primeiro movimento estão relacionados com o caráter auto- centrado adquirido pelos países em vias de desenvolvimento (incluindo os da UEMOA), logo depois da obtenção da sua soberania política, com as suas independências.

Política Industrial Comum (PIC):

As estratégias dos países da UEMOA consistiam na industrialização com o fim de substituição das importações e, desse modo foram implantadas fortes barreiras protecionistas e aplicados direitos aduaneiros altos, o que constituía a principal fonte de receitas dos estados, para financiar os setores públicos. A nível regional, essa política auto- centrada orientou o planeamento industrial regional e estabeleceu um mercado regional que devia ser repartido entre os países membros da organização. Mas os resultados dessa política não foram alcançados devidos, fundamentalmente, à fraqueza da capacidade de produção e à escassez de competitividade e de inovação tecnológica.

Programa Qualidade da UEMOA

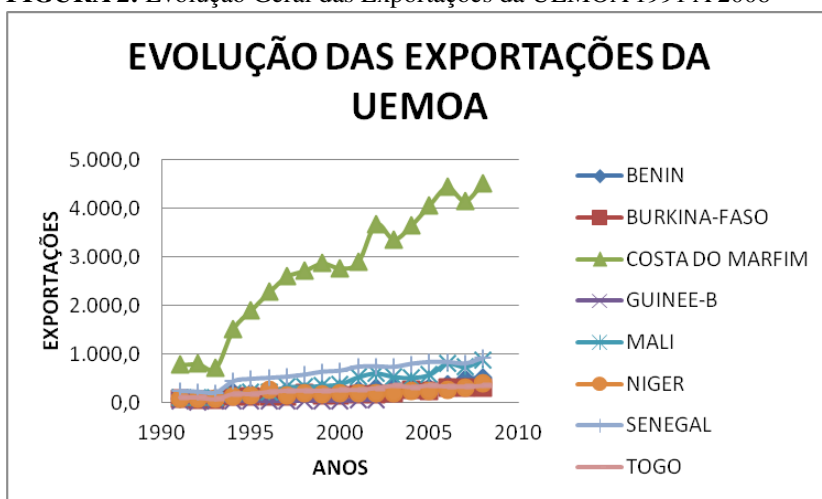
Esse programa tem por papel, a harmonização das normas, completar o quadro jurídico e regulamentar em todos os países da UEMOA. Isto vai abrir aos produtores nacionais um mercado mais expandido do qual vão resultar economia de escala ao elevar as especificações técnicas dos produtos às normas internacionais.

3.2.3 – Características da UEMOA

Evolução Geral do Comércio Bilateral UEMOA

Para analisar as características e tendências do comércio internacional da UEMOA, foi feito um estudo das estatísticas por países fornecidos pelo site do Banco Central dos países da UEMOA, o BCEAO; o período escolhido é 1991-2008. A partir dessas estatísticas foram estabelecidos, gráficos das exportações e das importações gerais e tabelas das transações totais desse conjunto de países da África do Oeste.

FIGURA 2: Evolução Geral das Exportações da UEMOA 1991 A 2008



Fonte: estatísticas da BCEAO, www.banque-france.fr/fr/eurosys/zonefr/page8b.htm acesso 15/04/2010 (adaptação)

Observa-se que com a formação da UEMOA em 1994, as exportações gerais do bloco cresceram de forma contínua. Contudo um exame das exportações anuais por país indica que a disparidade entre as exportações da Costa do Marfim é maior do que a dos outros países membros da UEMOA, e há, sobretudo, uma instabilidade dos valores das exportações dos sete outros países.

Todavia, o crescimento geral das exportações da UEMOA é devido em parte às reformas dos planos de ajustes estruturais, notadamente, a desvalorização do FCFA em 1994, que levou a um aumento das produções e dos volumes exportados; tiveram esforços de diversificação progressiva das exportações em alguns países do bloco e a volta súbita da tendência favorável dos preços de matérias primárias e básicos no mercado mundial. Assim as exportações cresceram 15% após a desvalorização. As exportações passaram de FCFA 2.791,7 bilhões em 1994 para FCFA 3.275,3 bilhões em 1995.

A desvalorização do FCFA em 1994 ajudou, por um lado, a um crescimento econômico médio de 5% de 1995 a 1998 e induziu lucros de competitividade além do alto preço do algodão e outros produtos de exportação da zona UEMOA durante esses três anos.

Em relação às diversificações, as exportações do Mali passaram de FCFA 105,3 bilhões em 1993 para FCFA 531,6 bilhões em 2001. Quanto ao Senegal, as exportações de produtos químicos aumentaram de 186%, e as do fosfato, tiveram um acréscimo de 14,7% entre 1993 e 2001.

A partir de 1998, a alta tendência nas exportações começou a se inverter em razão das insuficiências dos Planos de Ajustes Estruturais de Brettons Woods. Koffi (2008), Hugon (2006), Agbohoun (1999). A taxa de crescimento passou de 5,2 % a 3,2 % de 1998 a 1999. A tendência a queda do crescimento e das exportações seguiram até o ano 2003. Desde então, a perda de competitividade dos países da UEMOA se acelerou em parte, do fato da apreciação forte do Euro, portanto da forte apreciação do FCFA, vis-à-vis do dólar e das moedas dos países concorrentes a exportação; notadamente dos países em via de desenvolvimento concorrentes das principais exportações dos países da UEMOA.

Em 2003, as exportações sofreram uma queda de 4,3 % nas receitas, em comparação ao ano de 2002, resultado da queda de 1,2% nos preços mundiais do cacau. Os volumes exportados tiveram uma queda semelhante as do cacau, do café e do algodão em relação à crise da Costa do Marfim.

A perda da competitividade, na região econômica UEMOA, estagnou de forma significativa em 2004, e as exportações voltaram a crescer como indica o quadro acima. Essa situação é percebida no exame do desempenho comercial de cada país, onde fica

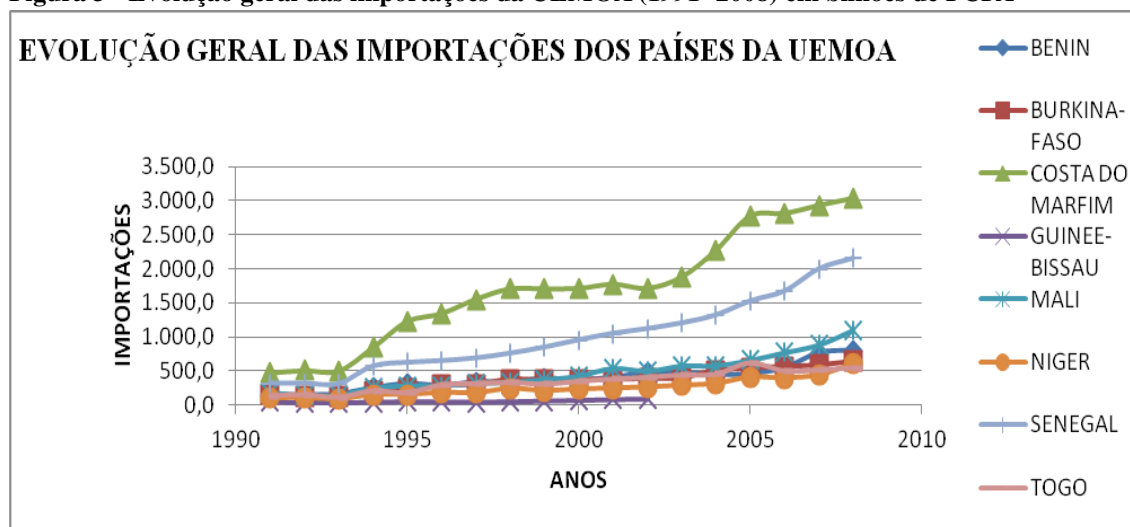
claro que a contribuição de cada país membro ao volume total de exportação não é homogênea. A Costa do Marfim é o principal país exportador da União com quase 68 % do total das exportações em 2000; e 74 % em 2005 (respectivamente, 2. 230 bilhões de F CFA, seja 3,4 bilhões de Euros e 3.344 bilhões de FCFA, seja 5,1 bilhões de Euros). O Senegal aparece como o segundo país exportador, com 14 % do total das exportações em 2000 e 12 % em 2005.

As exportações da União são constituídas de produtos agrícolas (cacau e seus derivados, algodão, hidrocarboneto, café e seus derivados) e matérias primarias (ouro e minerais de urânio) representando em geral mais de 50% das exportações.

Em 2008, a UEMOA exportou cerca de FCFA 7.947,7 bilhões, sendo FCFA 4.518,6 bilhões referente à Costa do Marfim; FCFA 915,9 bilhões referente ao Senegal; FCFA 886,7 bilhões referente a Mali; FCFA 519,0 bilhões referente ao Benin; FCFA 398,1 bilhões referente a Níger; FCFA 345,7 bilhões referente ao Togo; FCFA 307,7 bilhões referente ao Burkina-Faso e FCFA 56 bilhões referente a Guiné-Bissau.

Evolução Geral das Importações da UEMOA (1991-2008)

Figura 3 - Evolução geral das importações da UEMOA (1991- 2008) em bilhões de FCFA



Fonte: estatísticas da BCEAO, www.banque-france.fr/fr/eurosyst/zonfr/page8b.htm acesso 15/04/2010 (Adaptação)

A análise das importações gerais da UEMOA mostra de forma relativa uma preponderância dos países da UEMOA a importar, com exceção da Costa do Marfim. As importações totais da zona UEMOA, aumentaram em 231,76% em 2003, estas passaram de FCFA 1431,2 bilhões em 1993 para FCFA 5287,3 bilhões em 2003. Os países que

mais importaram neste período foram o Mali, o Togo e o Senegal. A tendência as importações é consequência de um aumento na demanda interna em relação ao forte crescimento econômico pós 1994, com os planos de ajustes estruturais, a reestruturação necessária a construção de indústrias e, ou ampliação de indústrias locais já existentes que não foram feitas. Os planos não tardaram a mostrar suas fraquezas e sua falta de adaptação as realidades intrínsecas em relação a cada país da UEMOA.

A União importou do resto do mundo FCFA 6. 339 bilhões, ou seja, € 9,7 bilhões em 2005, contra FCFA 4. 247 bilhões ou € 6,5 bilhões em 2000; portanto um crescimento médio anual de 8,3 %. Esse resultado se deve á Costa do Marfim e ao Senegal, que importaram respectivamente em 2000 e 2005, 43,5% e 47% pela Costa do Marfim , 25% e 27% pelo Senegal.

As importações são constituídas essencialmente de produtos petrolíferos, de cereais, (arroz, trigo), remédios farmacêuticos, açúcar, cimento, e bens duráveis como veículos.

As produções locais dentro da UEMOA sendo incompletas afetam o crescimento do comércio intra- UEMOA. Os semelhantes recursos obrigam os Estados da União a produzirem os mesmo grupos de bens a serem exportados para fora da União, tendo o excedente da produção como destino o abastecimento do mercado regional. A Costa do Marfim se destaca nas relações intra-regionais por representar a metade do comércio exterior da União. Os outros países da UEMOA importam duas a três vezes mais do que exportam em direção a Costa do Marfim. A parte das trocas intra-regionais no comércio exterior dos Estados membros encontra-se em crescimento contínuo, mas ainda inferiores as expectativas para um aproveitamento das vantagens comparativas existentes. Esta situação reflete a ausência de coordenação e harmonização das políticas de produção de comércio, além do baixo nível de tecnologia que torna os custos de produção cada vez mais altos, o que leva a uma preferência por produtos importados em detrimento dos produtos locais.

Evolução Geral da Balança da Comercial da UEMOA (1991-2008)

A balança comercial é negativa em todos os sete países, com exceção a Costa do Marfim no período entre 1991-2008. Todavia, o crescimento sucessivo das importações da Costa do Marfim em 2005 reduziu consideravelmente o excedente de sua balança comercial, responsável pelo seu nível no início do ano 2000, CFA 373 bilhões seja, € 0,6 bilhões .Os países vendem produtos cuja demanda/renda está em queda drástica

desde o segundo choque de petróleo de 1979; com a crise alimentícia de 2008 e conjuntura atual, a situação econômica desses países torna-se relativamente pior. Quase um terço das receitas das exportações, já insuficientes, servem para pagar as sem fim, acrescidas de juros altos. Assim o que sobra não é suficiente para cuidar das necessidades básicas das populações, (melhorar o sistema da saúde, de educação, de formação técnicas de pesquisas em desenvolvimento na busca da qualidade superior dos produtos agrícolas). A inflação aparece mesmo inferior a dos países fora da zona franco, caracterizada pela instabilidade política, pelo desemprego e pelos protestos dos trabalhadores. Em suma as maiores dificuldades desses países têm origem na falta de industrialização positiva e regulada, por isso a emergência de paliar esta insuficiência.

As economias da UEMOA são vulneráveis aos choques exógenos econômicos, devido à forte concentração em poucos produtos primários produzidos e exportados.

Tabela 2 - Balança Comercial da UEMOA de 1991 a 2008, em Bilhões de FCFA

Ano	Benin	Burkina-F	C.Marfim	Guiné	Mali	Níger	Senegal	Togo
1991	-43,3	-90,5	308,5	n.d.	-80,2	-19,5	-81,7	-16,8
1992	-73,9	-58,7	291,9	n.d.	-43,0	-13,1	-96,4	-33,8
1993	-50,3	-68,8	211,9	n.d.	-34,1	-3,6	-107,5	-31,5
1994	-33,5	-71,5	679,4	n.d.	-63,5	-21,0	-128,3	-20,6
1995	-104,2	-104,7	681,0	n.d.	-57,4	-5,5	-136,9	2,5
1996	-16,4	-168,8	933,0	n.d.	-60,7	90,2	-141,2	-65,0
1997	-89,2	-164,1	1.046,4	-13,7	9,2	-16,5	-158,4	-63,0
1998	-93,4	-183,8	1.014,7	-14,9	-1,2	-41,3	-184,7	-78,5
1999	-131,6	-201,2	1.167,0	5,2	-21,2	-29,9	-212,9	-60,3
2000	-88,0	-222,2	1.058,2	9,2	-33,4	-28,9	-296,7	-87,4
2001	-131,5	-209,5	1.120,2	0,8	-7,0	-43,1	-311,8	-116,4
2002	-161,0	-210,9	1.964,9	-2,8	113,4	-63,9	-374,5	-105,6
2003	-161,5	-212,0	1.485,8	-0,1	-35,1	-79,4	-469,9	-91,1
2004	-144,5	-244,7	1.388,3	-3,8	-61,5	-80,8	-521,1	-133,3
2005	-151,6	-293,4	1.290,3	-8,6	-76,2	-154,0	-691,3	-270,2
2006	-162,2	-254,5	1.625,7	-27,6	39,2	-125,7	-836,5	-166,6

6								
2007	-266,1	-286,5	1.229,0	-29,2	-138,8	-120,5	-1.193,3	-189,4
2008	-284,8	-333,1	1.491,3	-31,9	-216,3	-202,8	-1.234,3	-197,7

Fonte: estatísticas da BCEAO, www.banque-france.fr/fr/eurosys/zonefr/page8b.htm acesso 15/04/2010
n.d: não disponível

A União é caracterizada pelo reconhecimento e pela aceitação, por todos os países, do uso da mesma moeda (o Franco da Comunidade Financeira Africana, Franco CFA), cuja emissão é confiada a um instituto comum, o Banco Central dos Estados da África do Oeste (BCEAO) e pelo estabelecimento de um acordo com um país terceiro, a França que é o garante da sustentabilidade dessa moeda comum.

Os países da UEMOA exportam essencialmente produtos básicos, de criação e matérias primas: cacau, café, algodão, amendoim, castanha de caju, óleo de palma, borracha, madeira, ouro, diamante, fosfato, urânio, petróleo e em menor grau, produtos semi-acabados. Essa concentração das exportações é devida a fraqueza do setor industrial e a parte preponderante dos produtos agro-tropicais não transformados. No entanto numerosos esforços foram feitos para diversificar de forma progressiva as exportações nesses últimos anos graças às políticas com metas, a transformação local dos produtos tropicais (cacau, café, algodão, têxtil, madeira, etc.). Além da imposição dos preços, podemos também assinalar que o comércio entre os países da união é muito modesto apesar do intercambio intra-UEMOA apresentar um forte potencial, ainda pouco explorado. Segundo Leloup (2001), as estimativas revelam que a harmonização aduaneira na UEMOA, desde o primeiro dia de 2000, cresceu de forma substancial em trocas entre os países membros. Esse crescimento o resultado de um desvio enorme de trocas entre países membros; para os parceiros comerciais. Além disso, existem custos enormes devidos as grandes distâncias, o custo de transporte, e o problema de localização que enfrentam alguns países. O fato da economia da UEMOA possuir uma predominância agrícola pode constituir um inconveniente difícil de compensar, à medida que os riscos naturais são vinculados a elementos perturbadores condicionados pela natureza e suscetíveis de cataclismas, mesmo com uma agricultura diversificada. Podemos citar como exemplo a seca no Sahel, 1983-1984, que provocou um grande freio em toda possibilidade de crescimento. A oferta dos produtos primários está ficando mais inadaptada a respeito da demanda do mercado mundial, pois aparecem produtos em substituição (por exemplo, a Inglaterra conseguiu desenvolver um tipo de manteiga

artificial usada na preparação do chocolate), provocando uma redução no volume de compras de matérias primárias da UEMOA. Lavergne (1996) e Koffi (2008) alertam a respeito da emergência em aprofundar a integração econômica da UEMOA a nível nacional, regional e internacional, sobretudo a industrialização, para que sejam efetiva as repercussões de crescimento econômico, no bem estar das populações, além de uma presença maior no mercado mundial, implicando em mais iniciativas multilaterais e, alcançando um desenvolvimento durável.

Os países da UEMOA estão, cada vez mais, perdendo nas trocas comerciais mundiais, pelo fato dos produtos manufaturados, como os combustíveis e produtos da indústria extrativa, estar em crescimento contínuo e bem acima dos produtos agrícolas.

Como dissemos anteriormente os países da UEMOA são predominantemente produtores agrícolas, de produtos da indústria extrativa, e em menor escala de combustíveis. Todavia, a insuficiência de tecnologia, de recursos financeiros e experiência, impedem as pesquisas avançadas de jazidas de minerais e de petróleo por países do Sul de desenvolver-se e se libertar dos vínculos da economia de renda. Hoje a Ásia e a América do Sul conseguem desenvolver-se e o continente africano não. A UEMOA encontra ainda muita dificuldade em alcançar seu objetivo principal, o funcionamento de seu mercado comum. Contudo é importante lembrar-se que a colonização desses continentes foi feita em circunstâncias muito diferentes.

A diversificação das exportações para a industrialização foi comprometida por políticas econômicas não adaptadas, e pela ausência de uma verdadeira cadeia industrial (Hamacire, 2005). As indústrias locais importam do resto do mundo bens duráveis como equipamento, produtos semi-fabricados.

A fraqueza na cadeia industrial provocou uma ausência de dinamismo de desenvolvimento industrial, pelo qual um setor em expansão leva automaticamente outros setores ao acréscimo das demandas inter-setoriais (Hamacire, 2005). Resulta, evidentemente na fraqueza da cadeia industrial dos países da UEMOA e a elasticidade-renda da demanda de importação dos países ricos, a respeito dos produtos de origem dos países da UEMOA, estão em queda drástica. Assim, o aumento das taxas aduaneiras sendo um meio de busca de receitas governamentais na constituição do orçamento e medidas protecionistas. Os países da UEMOA, em geral desprovidos de tecnologia, e com indústrias no estágio embrionário, tem uma dependência enorme da ajuda dos credores exteriores. Ajudas, segundo Hugon (2006, p.107) que estão longe de ser substanciais.

“... É importante ressaltar as ordens de grandeza reveladoras das assimetrias internacionais. As subvenções acordadas para os agricultores do Norte são dez vezes superiores aos fluxos de ajudas em direção a África, portanto da UEMOA; e essas ajudas são quinze vezes menos importantes do que as ajudas recebidas pela Alemanha desde sua reunificação”.

Segundo um comunicado do Governador da UEMOA, em 27 de setembro, no encontro em Paris, com os ministros das finanças da zona franca, o contexto atual da crise financeira internacional tem impactado de forma significativa afetando as perspectivas econômicas dos países da UEMOA. Isto poderia traduzir-se para uma perda de crescimento de quase 1,5%, em 2009, para uma zona cuja taxa média foi a cerca de 3,0%, nesses últimos anos. A taxa de crescimento real dos países da UEMOA, em média foi 1,6% anual, entre 1983-1993, de 3,3% entre 1994 - 2000 e cerca de 2,8% entre 2001- 2008. Esse nível parece fraco, e prometendo sustentar-se, segundo as estimações do Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD). Uma taxa de crescimento de pelo menos, 7% anual, sobre vários anos para alcançar os Objetivos do Milênio, pelo Desenvolvimento (OMD), particularmente, com a intenção de reduzir a pobreza pela metade. Além desse objetivo, é indispensável alcançar uma taxa de crescimento real do PIB superior à taxa de crescimento demográfico, para iniciar a redução da pobreza. Nos países da UEMOA, a progressão demográfica tem uma estimativa de 2,9% anual, os níveis médios de crescimento obtidos desde 1983, em geral, traduzem-se por uma queda da renda por habitante, exceção feita no período entre 1994 -2000. A média de crescimento da união é baixa em comparação ao desempenho de todo o continente africano ou de países vizinhos, pois a UEMOA, alcançou em 10 anos, um crescimento inferior, acima 1,5% em comparação a media da África sul - sahaariana. No período 1997 -2008 a diferença do crescimento desfavorável à união foi de 3,7 pontos pela Nigéria e 1,8 pontos em relação a Gana, cuja estrutura econômica é relativamente semelhante aos países da UEMOA. Esses dados mostram que a UEMOA, dispõe de margens e de potencialidades reais para aumentar o seu crescimento econômico. Contudo, esse potencial não é explorado de forma total.

A despeito do desempenho pouco desenvolvido, no que diz respeito ao crescimento econômico, a UEMOA possui vários trunfos e potencialidades ainda não explorados, particularmente, no que tange os recursos humanos, agrícolas, mineiras e, sobretudo, o

potencial/vantagens da integração econômica e monetária. A UEMOA investiu em um processo dinâmico de integração econômica e monetária, ao criar um **mercado comum** de mais de 3,5 milhões de km², com 80 milhões de consumidores potenciais. O investidor tem a disposição um espaço unificado onde as pessoas, bens e capitais possuem livre circulação, o que permite aproveitar de economias de escala substanciais as demais. A existência de uma moeda única permite a redução maior dos custos de transações.

A respeito do capital humano, a UEMOA possui uma população ativa, jovem e numerosa, relativamente, bem formada que constitui um imenso potencial de mão de obra para realização de atividades no desenvolvimento econômico. Com relação ao assunto agrícola, só 25% dos 20 milhões de hectares de terras aráveis, são exploradas. Essa situação mostra a existência de perspectivas prometedoras, de organização hidroagrícola, de diversificação das culturas e de desenvolvimento da agro – indústria dentro da UEMOA. Mas, isso irá requerer esforços de investimentos importantes. No que tange ao setor específico do algodão enobrecedor, a UEMOA tem o ranking de produtor líder na África, com mais de 10,0 % da produção mundial. Todavia, menos de 5% do algodão produzido é transformado na UEMOA. Essa constatação é também válida para outros produtos tais, como o cacau em que a Costa do Marfim é o maior produtor e exportador mundial e está também em quinto lugar mundial no que tange o café. Os solos dos países da UEMOA constituem um potencial mineral importante e diversificado, como mostram os fluxos de investimentos diretos estrangeiros (IDE), atraídos por um setor mineiro nesses últimos anos, porém este é pouco explorado. A respeito dos recentes avanços, o setor mineiro, no PIB dos Estados membros da UEMOA, tem uma variação entre 0,5% e 10%. O setor das telecomunicações que é objeto de grandes reformas se apresenta em igualdade, em investimentos, sobretudo o segmento da telefonia móvel, foi aberto à concorrência, com intento de cobrir o setor rural, e representa um enorme mercado.

A UEMOA enfrenta dificuldades na implementação e na aplicação efetiva do regulamento comercial entre os países membros. A insuficiência dos recursos humanos no conhecimento de alguns mercados exteriores, das suas potencialidades comerciais e o assunto de apoio ao desenvolvimento setorial representa, contudo uma falha a corrigir. Existe também uma escassez relativa ao dinamismo na parceria público/privado para o apoio e orientação do setor privado com fim de uma implicação maior; a necessidade de uma eficiência das redes de informações entre setores públicos e privado e de outro lado

entre atores privados, pelo veladura do âmbito econômico e das oportunidades de negócios ;o mercado financeiro de apoio aos investimentos necessários ao desenvolvimento da oferta e da produção apresenta um entrave na liberdade de empreender. As ações de promoção do comércio intra-UEMOA e de suas exportações não são dinâmicas.A diversificação dos produtos de exportação é pouco desenvolvida e a necessidade notória de transformação é de uma emergência maior.O acesso aos mercados estrangeiros é difícil.

Obstáculos

- Recursos estatais limitados constituem um importante freio na implementação das medidas e reformas políticas de desenvolvimento;
- Lentidão nos processos de mobilização de recursos financeiros e humanos dificultam e notoriamente os financiamentos das contra- partidas nacionais;
- Fraqueza das capacidades de influência nas decisões e negociações das instâncias internacionais, assim como diante dos grupos de interesses econômicos;
- Insuficiência da complementaridade das economias e dos aparelhos de produção;
- Escassez de coerência necessária entre programas nacionais e regionais.

Após a apresentação dos dois blocos econômicos trataremos no capítulo seguinte das características e tendências do intercambio comercial entre os dois blocos, os produtos principais trocados, a apresentação de alguns indicadores de desequilíbrio desse comércio bilateral do comércio exterior entre a UEMOA e o MERCOSUL no período entre 1995-2009, que impossibilite por enquanto a formação de um mercado comum entre si.

Parte II: Análise do Comércio Exterior Bilateral UEMOA- MERCOSUL

Capítulo 4 - UEMOA E MERCOSUL: Evoluções e Tendências do Comércio Internacional

Trata-se de melhorar as relações comerciais existentes entre a UEMOA e o MERCOSUL, pelo aumento das pautas de importação e exportação, de diversificação dos tipos de produtos (escolha de setores lucrativos nas exportações da UEMOA) em relação às importações da UEMOA provenientes do MERCOSUL, aumento do abastecimento de produtos com valor maior agregado, cuja qualidade poderia se tornar menores quanto os custos de abastecimento pelos países da UEMOA em relação aos seus países fornecedores habituais do hemisfério norte. A análise do comércio bilateral entre os dois blocos pode se traduzir por uma avaliação dos principais produtos trocados (valor agregado e importância desses produtos na economia nacional), os valores gerados e a frequência de trocas.

Pode-se verificar nesse gráfico que o MERCOSUL exporta mais bens em direção a UEMOA do que importa da UEMOA.

Observam-se um crescimento das exportações de 1995, U\$S 578. 578 para U\$S 3.310.968 em 1998. Desde então, houve uma queda e as exportações passaram para U\$S 1.568.235 em 1999; ano da desvalorização do Real, e igualmente ano da crise marfinense. A Costa do Marfim possuía mais de 40% do PIB dos ativos da BCEAO, no entanto, os outros países, naquela época sofreram os efeitos negativos daquela crise que se traduziu para uma queda nas suas importações em provenientes do MERCOSUL, exceção feita a Guiné-Bissau, que é o único país lusófono. Após 1999, as exportações cresceram de novo, até U\$S 2.387.470 em 2000, após alcançaram o valor de U\$S 2.433.650. A efetivação da crise argentina e a crise brasileira de 2002 tiveram um impacto sobre as exportações do MERCOSUL; pois em 2002 foram um total de U\$S 1.290.897 um crescimento continuo em 2003 de U\$S 1.758.050 para U\$S 3.721.323 em 2005. As maiores exportações do MERCOSUL em direção da UEMOA foram nesses últimos anos, apesar da situação conjuntural mundial atual, da crise alimentar mundial de 2008: U\$S 4.807.880 em 2007 e U\$S 3.996.246 em 2008.

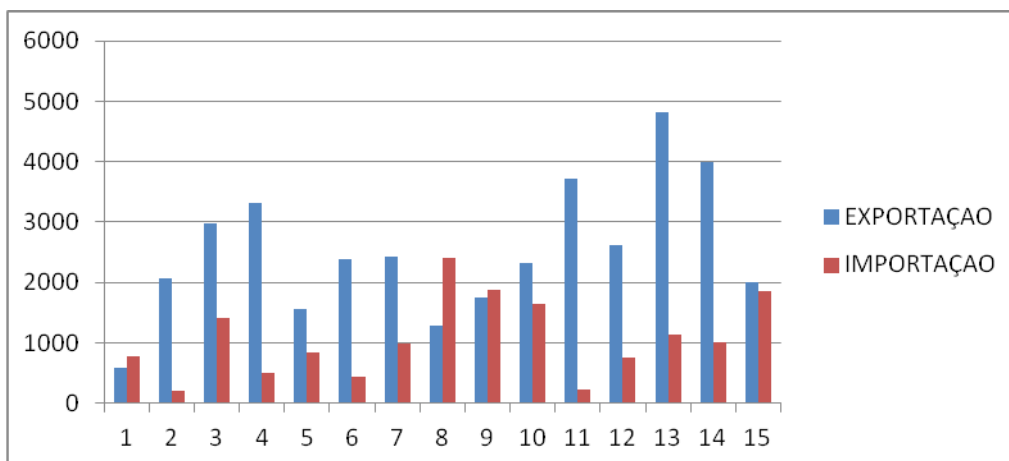
De 1995 até 2009, as exportações do MERCOSUL em direção da UEMOA foram superiores as importações provenientes da UEMOA; desta forma a balança comercial é deficitária pelo bloco UEMOA no intercâmbio com o MERCOSUL.

Tabela 3 - Evolução das Importações e Exportações do MERCOSUL com a UEMOA (1995- 2009) em (US\$ 1000)

	A	B	A + B	A - B	A / B
ANOS	EXPORTAÇÃO DO MERCOSUL	IMPORTAÇÃO DO MERCOSUL	Corrente Comercio	Saldo	Cobertura
1995	578, 578	778, 863	1.357,44	-200, 285	0, 743
1996	2.058,41	212, 589	2.271,00	1.845,82	9, 682
1997	2.987,13	1.420,90	4.408,03	1.566,23	2, 102
1998	3.310,97	494, 364	3.805,33	2.816,60	6, 697
1999	1.568,24	840, 663	2.408,90	727,57	1, 865
2000	2.387,47	440, 944	2.828,41	1.946,53	5, 414
2001	2.433,65	988, 569	3.422,22	1.445,08	2, 461
2002	1.290,89	2.412,31	3.703,20	-1.121,41	0, 535
2003	1.758,05	1.880,05	3.638,10	-122,00	0, 935
2004	2.325,88	1.649,02	3.974,90	676,85	1,41
2005	3.721,32	219, 678	3.941,00	3.501,65	16, 939
2006	2.626,44	749, 556	3.375,99	1.876,88	3,5
2007	4.807,88	1.130,99	5.938,87	3.676,89	4, 251
2008	3.996,25	1.013,71	5.009,95	2.982,56	3, 942
2009	2.005,43	1.847,43	3.852,86	158,00	1, 085

Fonte: <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

Figura 4 - Evolução das Importações e Exportações do MERCOSUL com a UEMOA no período de 1995 a 2009 em (US\$ 1000)



Fonte: <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

4.1 - REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA

O **Brasil** e a **Argentina** exportam e importam de todos os países da **UEMOA** Quanto ao **Paraguai**, não há importações oriundas para os seguintes países da **UEMOA**:

Burkina-Faso, Guiné-Bissau, Mali. Já com a **Costa do Marfim** o intercâmbio comercial teve início somente nos últimos três anos do período. O **Uruguai** exporta produtos da **UEMOA** com exceção do **Benin**, do **Burkina-Faso**, da **Níger**.

No tocante do ranking dos principais parceiros comerciais, em relação ao intercâmbio comercial entre os dois grupos de países (**UEMOA** e **MERCOSUL**), em relação aos fornecedores principais, na tabela 4 seguinte se observe: (1) O **Senegal** é o primeiro país da **UEMOA** fornecedor do **MERCOSUL**. A **Guiné-Bissau** e o segundo e a **Costa do Marfim** o terceiro país da **UEMOA** fornecedor do **MERCOSUL**. (2) Dentro do bloco **UEMOA**, a **Costa do Marfim** é o maior fornecedor; o **Senegal** tem o segundo lugar seguido, do **Togo** e do **Benim**. (3) No que diz respeito às relações comerciais entre **UEMOA** e **MERCOSUL**, o **Brasil** é o maior fornecedor da **UEMOA**, seguido da **Argentina**, do **Uruguai** e do **Paraguai**.

Tabela 4 - Ranking dos principais parceiros comerciais do MERCOSUL, de 1996 a 2006 (% de Parte de Mercado)

FORNECEDORES PRINCIPAIS

BENIN	BFASO	CIVOIRE	GBISSAU	MALI	NIGER	SENEGAL	TOGO
TOGO 9,8	CIVOIRE 24,4	BRASIL 1,1	SENEGAL 5,2	CIVOIRE 23,6	CIVOIRE 15,1	CIVOIRE 2,8	CIVOIRE 6,1
CIVOIRE 6,9	TOGO 7,8	SENEGAL 0,2	CIVOIRE 2,5	SENEGAL 8,3	BENIN 2	BRASIL 1,7	BENIN 1,7
SENEGAL 1,3	BENIN 4,5	ARGENTINA 0,1	TOGO 1,9	BENIN 4,8	TOGO 1,7	BENIN 0,8	BRASIL 0,7
BRASIL 1	BRASIL 0,6		BRASIL 1,4	TOGO 4,3	BFASO 0,4	ARGENTINA 0,4	BFASO 0,7
BFASO 0,6			BENIN 0,8	BRASIL 0,5	BRASIL 0,1	URUGUAI 0,1	SENEGAL 0,2
				BFASO 0,5			ARGENTINA 0,1

ARGENTINA	BRASIL	URUGUAI	PARAGUAI	MERCOSUL	UEMOA
SENEGAL	SENEGAL	SENEGAL	SENEGAL	SENEGAL	CIVOIRE
NIGER	GBISSAU		CIVOIRE	GBISSAU	SENEGAL
CIVOIRE	CIVOIRE			CIVOIRE	TOGO
GBISSAU	BENIN				BENIN
	MALI				BRASIL
	TOGO				ARGENTINA
	BFASO				

4.2 – Os Principais Produtos Trocados

As importações nas relações comerciais do MERCOSUL provenientes da UEMOA indicam uma concentração maior em produtos primários, porém em pouca quantidade; as exportações do MERCOSUL em direção da UEMOA apresentam uma maior concentração em poucos produtos do tipo: agro - alimentar, ferro fundido e aço, animais vivos, etc.. As listas nos anexos são mais detalhadas com os valores gerados.

As listas de produtos do intercambio são disponíveis nos anexos com um ranking em relação aos fornecedores privilegiados. No entanto, momentaneamente só serão descritas na tabela abaixo as importações do Paraguai provenientes da UEMOA.

-Importações do Paraguai com os países da UEMOA (US\$ 1000)

Não há comércio entre o Paraguai e os países seguintes da UEMOA: Burkina-Faso, Guiné-Bissau, Mali; com a Costa do Marfim a exceção se deu unicamente nos últimos três anos do período.

Tabela 5 - Ranking dos Fornecedores do PARAGUAI e Principais Produtos Vendidos em Grau de Importância, de 1996 a 2006 (US\$ 1000).

1	2-	3 –	4 –	5 –
Niger	Togo	Costa do Marfim	Senegal	Benin
(US\$ 1000) 1.223	(US\$ 1000) 827	(US\$ 1000) 85	(US\$ 1000) 59	(US\$ 1000) 1
<p>-Armas e munições, suas partes e acessórios (cartuchos)</p> <p>-Caucho e suas manufaturas</p> <p>-Manufaturas de fundição, ferro e aço</p> <p>-Bebida alcoólica (whisky)</p> <p>-Manufaturas diversas de metal comum</p> <p>-Reatores nucleares, caldeiras, maquinam</p> <p>-Aparatos e artefatos mecânicos</p> <p>-Veículos automóveis, tratores velocípedes e demais veículo terrestres, suas partes e acessórios</p> <p>Plástico e suas manufaturas</p>	<p>-Fibras sintéticas ou artificializa descontínua</p> <p>-Tabaco e sucedidos do tabaco e elaborados</p> <p>-Filamento sintético o artificiais</p> <p>-Tecidos de ponto</p> <p>-Algodão</p>	<p>-Não teve comercio ate os ultimas três anos .</p>	<p>-Móveis, mobiliário medico-cirúrgicos artigos de cama e similares; (os demais assentos,com armação de madeira,colchões: de borracha ou plásticos celulares,recobertos ou não)</p> <p>-Dosadas ou acondicionadas para venda para produtos farmacêuticos</p>	<p>-Extratos curtume o tinteiros,</p> <p>-Taninos e seus derivados.</p>

Fonte : [HTTP://nt5000.aladi.org/sii/](http://nt5000.aladi.org/sii/) (Adaptação)

Capítulo 5 – Desequilíbrio Intra e Entre Blocos

Os desequilíbrios da balança corrente entre países, isto é, a diferença entre a exportação e importação é o fenômeno macro econômico que revela a nível internacional as diferenças nacionais que estão relacionadas à tendência de poupar e de investir. Essas características não possuem vínculo com a política comercial. Um déficit da balança corrente significa que os cidadãos nacionais não têm reservas (capital); Em outras palavras, uma balança corrente é deficitária, se a poupança interna é inferior ao investimento interior, nesse caso, tais países utilizam a poupança exterior.

Observe que o saldo (A-B) do comércio internacional bilateral UEMOA-MERCOSUL no período que se refere (1995-2009) é deficiente pela UEMOA.

5.1 – Desequilíbrios Intra-Blocos

Os desequilíbrios da balança corrente entre países, isto é, a diferença entre a exportação e importação é o fenômeno macro econômico que revela a nível internacional as diferenças nacionais que estão relacionadas à tendência de poupar e de investir. Essas características não possuem vínculo com a política comercial. Um déficit da balança corrente significa que os cidadãos nacionais não têm reservas (capital); Em outras palavras, uma balança corrente é deficitária, se a poupança interna é inferior ao investimento interior, nesse caso, tais países utilizam a poupança exterior.

Observe que o saldo (A-B) do comércio internacional bilateral UEMOA-MERCOSUL no período que se refere (1995-2009) é deficiente pela UEMOA.

5.1.1 - Evolução Anual das Partes Relativas das Importações Extra - UEMOA (1996-2005)

As importações da UEMOA em direção aos países da África são inferiores as da Europa. As importações da America do Sul representam quase 1/5 do que as da Europa.

Os países da UEMOA têm um consumo excessivo de produtos manufaturados que não são fabricados na sua região para satisfazer suas necessidades. No entanto, o abastecimento de alguns tipos desses produtos industrializados importados poderia ser

desviado de fornecedores habituais, em razão do custo/qualidade e não da marca, dos produtos acessíveis ao poder de compra das populações.

Tabela 6: Evolução Anual das Partes Relativas das Importações Extra – UEMOA em Volume por Continente de 1996 a 2005 (em %).

Anos	Europa	América do Sul	África sem UEMOA	Ásia	América do Norte	Oceania	Outros	Total
1996	41,5	4,8	34,3	13,6	5,4	0,1	0,2	100,0
1997	47,7	4,2	30,4	12,9	4,7	0,0	0,0	100,0
1998	40,7	4,6	31,5	16,9	5,7	0,0	0,6	100,0
1999	39,2	3,6	29,4	21,9	4,4	0,0	1,5	100,0
2000	35,3	2,6	32,1	25,8	3,3	0,1	0,8	100,0
2001	35,0	4,1	25,6	29,3	5,0	0,0	0,9	100,0
2002	37,5	3,1	28,9	27,0	3,1	0,1	0,4	100,0

								0,0
2003	35,2	4,2	31,3	25,0	2,6	0,2	1,6	100,0
2004	34,9	4,9	34,0	22,6	2,1	0,1	1,4	100,0
2005	31,8	6,8	32,5	25,6	1,5	0,1	1,6	100,0

Fonte: UEMOA,2010, www.uemoa.int/CentreOMC

Uma comparação das partes das trocas mundiais da UEMOA em proporção as do intercambio UEMOA-MERCOSUL é menor do que o comércio Intra-UEMOA e o com o Resto do Mundo, apesar das potencialidades exploráveis. No quadro das transações em relação às partes relativas da UEMOA com os diferentes continentes, a percentagem das partes relativas da UEMOA com a América do Sul é a cerca de 4 %. No entanto, com o MERCOSUL, faltam numerosos esforços dos dois lados dos blocos, um querendo aumentar suas partes de mercado e outro conseguir o êxito na esfera comercial mundial via uma integração econômica com o MERCOSUL.

5.1.2- Evolução do Comércio Intra – UEMOA (1996 – 2005)

Os resultados de um estudo realizado em 2006 pela Comissão da UEMOA, revelou um dinamismo do comércio intra- membros da UEMOA de 1994 a 2004 e nas trocas com o resto do mundo, o que se traduziu por uma intensificação dos fluxos comerciais no Bloco. De 1996 a 2004, as exportações aumentaram mais do que as exportações em direção ao resto do mundo. As taxas de crescimento anual media em valores alcançaram pelos oito países, 4,80% contra 2,42 % da destinação do resto do Mundo. Esse dinamismo das trocas intra UEMOA traduz-se pelo melhoramento progressivo das

partes das exportações intra-UEMOA, relativamente às exportações extra-UEMOA. Elas passaram de 11,56% em 1996 a 13,77% em 2004.

As importações confirmam essa vitalidade; no período 1996-2004, houve um crescimento médio anual de 12,62% contra 5,91% no que tange as importações provenientes de países terceiros.

Em geral, a parte do comércio dos países membros, segundo a Comissão da UEMOA, tem uma tendência positiva. Essa passou de 9,17% em 1996 para 12% em 2004; contudo, o nível de trocas intra-UEMOA está ainda abaixo do potencial existente nesse mercado (UEMOA); se verifica que contribuição dos membros é desigual. Os países que tiveram uma maior contribuição no período 1996-2005 em termos de importações foram o Mali (26,5%), o Burkina-Faso (21,8%) e o Níger (15,5%).

No tocante as exportações, com exceção da Costa do Marfim, do Senegal e de Mali, a contribuição dos outros Estados membros no desenvolvimento do comércio intra-UEMOA é relativamente baixa. Os produtos manufaturados constituíam elementos mais dinâmicos do que os outros tipos de produtos. Dos principais produtos trocados, os hidrocarbonetos constituem um dos elementos chaves do comércio Intra-UEMOA. Apesar dessa evolução, o objetivo de um desenvolvimento maior, ainda não foi alcançado. A persistência de algumas práticas, notadamente os obstáculos não tarifários que aniquilam esforços no desenvolvimento do comércio intra-UEMOA.

A perda de informações é um entrave a fidelidade das estatísticas oficiais nas trocas comerciais. Assim, ocorre uma diminuição na exatidão dos fluxos comerciais intra-UEMOA, que representa um dos principais indicadores de apreciação da importância do processo de integração econômica.

5.1.3. - Parte das Trocas intra-UEMOA por País Membro (2005 e 2006)

As matrizes seguintes foram estabelecidas a partir das estatísticas do comércio intra-UEMOA do site da UEMOA (2009). Essas matrizes indicam as proporções das inter-relações comerciais entre países da UEMOA.

Observe-se que a Costa do Marfim possui quase 50% das partes de trocas intra-UEMOA em 2005 e em 2006, seguido do Togo, do Benin e do Senegal.

Tabela 7 - Parte das Trocas Intra-UEMOA por País Membro em 2005 e 2006 (%)

2005

Import Export.	BENIN	BFASO	C.MAFIM	GBISSAU	MALI	NIGER	SENEGAL	TOGO
BENIN	-	17.78	4.95	*	33.9	21.89	0.58	60.62
BFASO	0.21	-	1.90	*	0.68	7.43	0.09	13.98
C.MARFIM	51.47	46.99	-	0.05	24.87	42.76	96.07	*
GBISSAU	*	*	0.27	-	0.00	*	*	1.05
MALI	0.00	1.42	1.10	*	-	0.65	0.25	0.26
NIGER	0.30	1.07	3.75	*	0.06	-	0.00	0.66
SENEGAL	6.28	3.36	79.60	99.94	20.8	3.32	-	23.39
TOGO	41.70	29.34	7.02	*	19.6	23.93	2.97	-
UEMOA	100	100	100	100.0	100.0	100	100	100

Fonte: UEMOA

0,00 = comércio com - US\$ 500

* = sem comércio

n.d. = não disponível

2006

Import Export.	BENIN	BFASO	C.MARFIM	GBISSAU	MALI	NIGER	SENEGAL	TOGO
BENIN	-	3.29	18.81	*	36.59	28.63	3.31	38.66
BFASO	0.20	-	1.88	*	0.56	8.00	0.06	12.78
C.MARFIM	51.12	76.42	-	3.29	42.06	42.06	0.94	*
GBISSAU	*	*	1.25	-	*	*	0.00	*
MALI	0.07	0.47	0.83	0.69	-	0.56	0.02	3.00
NIGER	0.27	0.23	2.75	*	0.05	-	0.00	0.56
SENEGAL	8.86	4.20	67.92	95.91	25.55	3.90	-	44.98
TOGO	39.45	15.38	6.52	0.09	10.09	16.82	1.73	-
UEMOA	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: UEMOA

0,00 = comércio com - US\$ 500

* = sem comércio

n.d. = não disponível

Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

http://www.uemoa.int/CentreOMC/Stat_UEMOA.htm (adaptação)

As matrizes do comércio intra-UEMOA dos anos 2005 e 2006 indicam que as trocas entre os oito países são muito fracas com diferenças enormes entre si. Essas proporções de trocas comerciais são abaixo das potencialidades existentes. Se observe que a Costa do Marfim é o maior exportador dentro do bloco, e um dos menores importadores do comércio intra-UEMOA. O Togo e o Senegal estão bem integrados no comércio intra-UEMOA, seguidos do Benim.

5.2 – Desequilíbrios entre Blocos, UEMOA-MERCOSUL

5.2.1 – Parte das Trocas Relativas de Todos os Países da UEMOA com o MERCOSUL, com o Resto do Mundo e intra-UEMOA

O grau de importância das relações comerciais existentes entre o comércio internacional dos blocos UEMOA e MERCOSUL é baixo.

5.2.2 – Parte das Trocas Relativas Anuais entre os Países da UEMOA no Comércio Exterior, intra-UEMOA com o Bloco MERCOSUL e com o resto do Mundo (1995-2005)

As partes de mercado entre a UEMOA e o MERCOSUL são fracas. Contudo observa-se que com relação das partes de fluxos do Brasil com esse países são superiores as dos três outros países do MERCOSUL.

Tabela 8: Comércio Exterior dos Blocos UEMOA e MERCOSUL (2001)

COMERCIO EXTERIOR DOS BLOCOS UEMOA E MERCOSUL								
Ano:2001								
Import	BENIN	BFASO	CMARFIM	GBISSAU	MALI	NIGER	SENEGAL	TOGO
Export.	-	2.0	0.0	1.0	1.0	2.0	8.0	1.0
BENIN	-	2.0	0.0	1.0	1.0	2.0	8.0	1.0
BFASO	0.0	-	0.0	0.0	0.0	3.0	0.0	0.0
CMARFIM	6.0	26.0	-	3.0	23.0	18.0	0.0	6.0
GBISSAU	*	*	0.0	-	*	*	0.0	*
MALI	0.0	0.0	0.0	0.0	-	0.0	0.0	0.0
NIGER	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-	0.0	0.0
SENEGAL	2.0	1.0	1.0	*	6.0	0.0	-	2.0
TOGO	75.0	4.0	0.0	0.0	5.0	3.0	0.0	-
UEMOA	83.0	33.0	1.0	4.0	35.0	28.0	9.0	9.0
Mercosul(Imp)	2.0	0.0	2.0	1.0	0.0	0.0	2.0	1.0
ARGENTINA	0.0	0.0	0.0	*	0.0	0.0	1.0	0.0
BRASIL	2.0	0.0	1.0	1.0	0.0	0.0	1.0	0.0
URUGUAI	*	*	0.0	*	0.0	*	0.0	*
PARAGUAI	*	*	0.0	*	*	*	0.0	*
R.M.(Import.)	100	100	100	100	100	100	100	100
Fontes: UEMOA (Importações) em FCFCA = US\$ e ALADI para o MERCOSUL (Exportações) em US\$								
0,0 = comércio com - US\$ 500								
* = sem comércio								
n.d. = não disponível								

Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

http://www.uemoa.int/CentreOMC/Stat_UEMOA.htm

Tabela 9: Comércio Exterior dos Blocos UEMOA e MERCOSUL (2005)

Ano:2005

Import								
Export.	BENIN	BFASO	CMARFIM	GBISSAU	MALI	NIGER	SENEGAL	TOGO
BENIN	-	17.0	0.0	*	31.0	5.0	0.0	n.d.
BFASO	0.0	-	0.0	*	1.0	2.0	0.0	n.d.
CMARFIM	8.0	47.0	-	0.0	23.0	11.0	3.0	n.d.
GBISSAU	*	*	0.0	-	0.0	*	*	n.d.
MALI	0.0	1.0	0.0	*	-	0.0	0.0	n.d.
NIGER	0.0	1.0	0.0	*	0.0	-	0.0	n.d.
SENEGAL	1.0	2.0	1.0	30.0	19.0	1.0	-	n.d.
TOGO	6.0	18.0	0.0	*	18.0	6.0	0.0	n.d.
UEMOA	15.0	86.0	1.0	30.0	92.0	25.0	3.0	n.d.
Mercosul(Imp)	4.0	3.0	1.0	3.0	4.0	2.0	6.0	
ARGENTINA	0.0	0.0	0.0	1.0	0.0	1.0	1.0	
BRASIL	4.0	3.0	1.0	2.0	4.0	0.0	4.0	
URUGUAI	0.0	0.0	1.0	*	0.0	*	1.0	
PARAGUAI	0.0	*	0.0	*	*	0.0	*	
R.M.(Import.)	100	100	100	100	100	100	100	100
Fontes: UEMOA (Importações) e FCFA = US\$ e ALADI para o MERCOSUL (Exportações)								
0,0 = comércio com - US\$ 500 em US\$								
* = sem comércio								
n.d. = não disponível								

Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

http://www.uemoa.int/CentreOMC/Stat_UEMOA.htm

A partir das pautas de importações da UEMOA e das exportações do MERCOSUL foram estabelecidas matrizes para descrever a cada ano as partes das trocas de todos os países da UEMOA em relação ao comércio exterior intra-UEMOA e exterior extra-UEMOA com relação ao MERCOSUL, e os seus elementos, e o resto do mundo. Esses quadros indicam as relações comerciais entre os países da UEMOA e o MERCOSUL. Observe que as trocas entre a UEMOA e o MERCOSUL são pouco desenvolvidas. Essas proporções compreendem o período entre 1996-2005.

Tabela 10: Parte das Trocas relativas de Todos os Países da UEMOA com o MERCOSUL e com o Resto do Mundo e Intra -UEMOA (1996-2006)

		Benin	BFaso	C.Ivoire	GBissau	Mali	Niger	Senegal	Togo
1996	UEMOA	9	23	1	10	40	15	3	8
	MERCOSUL	0	1	2	7	1	0	4	1
	RM	100	100	100	100	100	100	100	100
1997	UEMOA	9	24	0	3	46	17	3	2
	MERCOSUL	0	0	2	1	0	0	2	1
	RM	100	100	100	100	100	100	100	100
1998	UEMOA	10	25	1	3	42	20	3	10
	MERCOSUL	0	0	1	0	0	0	2	0
	RM	100	100	100	100	100	100	100	100
1999	UEMOA	11	27	1	3	35	26	4	22
	MERCOSUL	0	1	1	3	1	0	1	1
	RM	100	100	100	100	100	100	100	100
2000	UEMOA	14	28	1	4	47	30	3	16
	MERCOSUL	1	0	1	11	1	0	1	0
	RM	100	100	100	100	100	100	100	100
2001	UEMOA	83	33	1	4	35	28	9	9
	MERCOSUL	2	0	2	1	0	0	2	1
	RM	100	100	100	100	100	100	100	100
2002	UEMOA	23	31	1	18	38	28	3	10
	MERCOSUL	1	0	2	0	2	0	2	1
	RM	100	100	100	100	100	100	100	100
2003	UEMOA	15	768	1	15	37	29	4	13
	MERCOSUL	3	1	1	1	1	1	3	1
	RM	100	100	100	100	100	100	100	100
2004	UEMOA	15	65	1	43	18	33	3	15
	MERCOSUL	2	1	1	1	1	1	4	3
	RM	100	100	100	100	100	100	100	100
2005	UEMOA	15	86	1	30	92	25	3	nd
	MERCOSUL	4	3	1	2	4	3	6	nd
	RM	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

http://www.uemoa.int/CentreOMC/Stat_UEMOA.htm

5.2.3 - Parte das Trocas Absolutas de Todos os Países da UEMOA com o MERCOSUL e com o Resto do Mundo e intra-UEMOA

Tabela 11 – Parte das Trocas absolutas de Todos os Países da UEMOA com o MERCOSUL e com o Resto do Mundo e intra-UEMOA(1996-2006)

	UEMOA	MERCOSUL	RESTO DO MUNDO
BENIN	1: 120.367,7 2: 141.862	9783,8 42980	613934,3 n.d
BFASO	1: 206.464,9 2: 329.588	4198,2 6843	502244,7 n.d
CIVOIRE	1: 32.894,5 2: 49.422	39271,4 83990	3391813 n.d
GBISSAU	1: 6.020,8 2: 22.140	420,5 4143	39400,3 n.d
MALI	1: 232.064,5 2: 292.377	6111,9 17516	594869,9 n.d
NIGER	1: 91.244,4 2: 124.532	2553 13.772	351038,2 n.d
SENEGAL	1: 57.013,8 2: 119.975	58632,4 160842	1951311 n.d
TOGO	1: 44.720,5 2: 18.740	7431 40772	396866,6 n.d

Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

http://www.uemoa.int/CentreOMC/Stat_UEMOA.htm

1: Média 1996-2005

2: valor 2006

n.d: não disponível

As partes de trocas absolutas na tabela mostram que a média em uma década, os países seguintes: a Costa do Marfim e o Senegal são os países da UEMOA que tem uma proporção de importação de bens em direção do MERCOSUL quase igual a do intercâmbio desses países com o MERCOSUL.

5.3 – Coeficientes de Dependência

O coeficiente de dependência de cada país em relação ao comércio interno de seu bloco, foi estabelecido a partir da equação seguinte:

$$A = \left(\frac{X_i + Y_i}{RM_i} \right) * 100$$

A = Valor do coeficiente de dependência do país i
 X_i = Valor das importações do país i

Y_i = Valor
 das exportações
 do país i
 RM_i = Valor das transações do país i com o Resto do Mundo

Desta forma, foi feita a tabela do coeficiente de dependência da UEMOA e do MERCOSUL.

Tabela 12 - Coeficiente de dependência da UEMOA e do MERCOSUL de 1996 a 2006

		1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Lugar	UEMOA											
4	BENIN	10.82	10.60	11.48	17.42	16.70	87.21	27.00	46.20	37.41	44.00	n.d
7	BFASO	23.73	25.00	25.70	27.80	29.80	34.49	42.33	71.20	73.41	64.20	n.d
3	C.IVOIRE	12.84	12.90	13.90	13.75	17.00	15.80	19.20	11.53	11.17	9.80	n.d
1	GBISSAU	12.61	2.90	9.70	4.30	4.80	4.80	0.20	0.10	0.40	30.50	n.d
8	MALI	41.64	47.10	43.80	35.00	48.00	38.00	37.70	37.46	18.75	94.00	n.d
6	NIGER	15.40	17.86	19.39	25.96	29.50	28.31	28.00	32.00	34.56	26.00	n.d
2	SENEGAL	9.25	8.90	9.60	8.43	8.47	5.33	8.90	12.00	9.40	7.90	n.d
5	TOGO	11.90	13.30	14.58	31.74	34.80	146.00	40.10	72.10	63.28	n.d	n.d
	MERCOSUR											
2	ARGENTINA	56.56	64.24	64.27	55.78	58.24	48.84	32.33	35.66	42.41	46.06	48.34
1	BRASIL	32.46	35.60	35.80	28.08	28.75	23.28	15.06	15.62	16.11	116.81	17.05
3	URUGUAI	114.15	113.50	118.86	112.41	114.31	116.90	92.13	84.02	87.11	96.50	89.16
4	PARAGUAI	251.15	235.33	245.90	229.46	239.22	184.80	159.68	156.41	142.67	134.74	148.55

Fontes: UEMOA (Importações) em FCFA = US\$
 e ALADI para o MERCOSUL (Exportações)
 em US\$
 n.d. = não disponível

Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)
http://www.uemoa.int/CentreOMC/Stat_UEMOA.htm

Os países que possuem uma maior dependência do comércio intra-UEMOA são o Togo, o Benin, o Burkina-Faso e o Mali.

O Senegal e a Costa do Marfim dependem menos, no entanto, precisam intensificar suas participações nas importações Intra-UEMOA para aproveitar da melhor forma e

com baixos custos, o abastecimento de alguns produtos tais como os de consumo alimentício sem agrotóxicos, benéficos para a saúde e o bem estar das populações. Semelhantes ao do MERCOSUL em que o comércio intra- regional permitiu uma redução nas exportações, um incentivo a produção e consumo de produtos locais, possuem uma demanda interior crescente, porém com uma auto-suficiência alimentícia. A Guiné Bissau precisa reestruturar-se de forma a participar do comércio intra - bloco. No período 1995 a 2005/6 foi feito um ranking a partir das estatísticas da UEMOA

No caso do MERCOSUL, o Uruguai e o Paraguai tem uma dependência preponderante ao comercio intra - MERCOSUL.

**Parte III – As Possibilidades na Inserção Positiva da
UEMOA na Economia Mundial Via o MERCOSUL**

Capítulo 6 – Análise da Formação de um Mercado Comum entre UEMOA e o MERCOSUL

6.1 – Dificuldades na Formação de um Mercado Comum UEMOA-MERCOSUL

Os países em via de desenvolvimento procuram uma inserção na economia mundial, porque esperam acelerar seu crescimento e ganhar em produtividade elevando seu nível de vida através da intensificação das trocas, da tecnologia e do fluxo de capital. Contudo, para aproveitar tais vantagens é necessário reunir condições em relação à integração interna - produção local, competências, evolução tecnológica, instituições fortes que pode dar o apoio necessário aos mercados e infra-estruturas de qualidade.

Os agrupamentos de países em via de desenvolvimento formados pelos blocos UEMOA e MERCOSUL enfrentam dificuldades que representam um freio na formação de um mercado comum. No caso da UEMOA, essas dificuldades se devem ao desrespeito dos cinco critérios de convergência:

1. Controlar os déficits públicos a níveis compatíveis ao endividamento público exterior;
2. Conseguir uma poupança própria das administrações públicas, e assegurar a massa salarial;
3. Realizar um excedente do saldo primário de base;
4. Promover o financiamento público sobre os recursos internos próprios;
5. Apurar os atrasos de pagamentos exteriores, de forma a adaptá-los as capacidades de desenvolvimento.

A evolução econômica deveria esclarecer a situação financeira pública e permitir a adoção de medidas apropriadas de reestruturação financeira, e em longo prazo, assegurar a compatibilidade das políticas de orçamento na base de projetos de lei e finanças e seguir com sua aplicação e fiscalização na execução. Assim, o mercado comum da UEMOA não é um mercado comum por razões de: (1) falta de convergência profunda das políticas econômicas nacionais; (2) abertura e a fusão dos mercados nacionais em um mercado unificado, ainda não efetivo, com tamanho compatível a

exigências de rentabilidade de investimentos requeridos para a volta do crescimento econômico dos estados membros.

Uma abertura maior da UEMOA não significa obrigatoriamente um aumento de IDH, isso porque, com a experiência de quase 50 anos de relações comerciais e cambiais preestabelecidas com a EU, as expectativas no sentido das transferências tecnológicas entre outras, que poderiam incentivar a industrialização dos países da UEMOA não foram efetivas. A fuga de capitais de investidores impossibilitou o aproveitamento dos lucros e das vantagens desses investimentos, em outras palavras, não permitiu o crescimento econômico e a construção de infra-estruturas. Vários exemplos mostram que a velocidade de convergência está lenta no seio da UEMOA e que o nível de desenvolvimento das economias da UEMOA ainda é baixo. Sua característica de produção consiste na exportação de pouca diversificação, de poucos produtos básicos, apesar dos esforços em investimento no setor dos produtos manufaturados e na diversificação, os resultados ainda são insatisfatórios.

Os países da UEMOA são tributários de exportação de produtos primários e vulneráveis aos choques econômicos exteriores, particularmente ao preço decrescente de seus produtos no mercado mundial. No entanto, a participação das exportações e importações no crescimento das economias dos países da UEMOA é mitigada, lenta. Essa situação coloca a UEMOA em desvantagem em relação aos países industrializados e desenvolvidos. Um crescimento nas pautas de exportação significaria (1) aumentar a qualidade dos bens tradicionalmente exportados para uma melhor exploração dos recursos e o acesso as novas tecnologias, (2) inovar em exportações para conquistar novos mercados, (3) aumentar suas partes de mercados. A maioria dos produtos importados é indispensáveis à economia da UEMOA, isto é produtos relevantes, que podem propiciar uma melhor condição de vida a população, cuidar ou reduzir o tempo de produção na área agrícola e outros setores.

Com base nas situações relatadas é difícil haver eficiência na formação do mercado comum entre os dois blocos, já que, entre os critérios de eficiência da integração econômica interna e o grau de industrialização e da eficiência das instituições da UEMOA, que apresentam, por enquanto, incompatibilidade com os do MERCOSUL, vem sofrendo o maior déficit entre os acordos realizados no Mercado Comum do Sul. Sendo que o mesmo é na realidade uma União Aduaneira imperfeita, devido as dificuldades na implantação de políticas comerciais e do respeito do prazo previsto para a formação de seu do mercado comum. Além disso, a integração do MERCOSUL é

marcada por divergências nas condições econômicas dos países membros, e por acentuadas divergências políticas e acordos comerciais que não visam o bem estar comum de todas as nações envolvidas, os quais são repletos de listas de exceções, e envoltos por inúmeras dificuldades em estabelecer sua união aduaneira.

O aumento das pautas de importação e exportação não é a condição suficiente na resolução dos problemas de falta de industrialização e de tecnologia suficiente e adaptada às necessidades das populações. A UEMOA necessita de transferência de tecnologia efetiva, adequada às realidades e necessidades das populações e de apoio financeiro suficiente. Hugon (2006) associa a ajuda financeira externa dos credores internacionais a um soro administrado a um paciente para mantê-lo em estado doente (sem matar, sem curar). Para não se tornar de forma contínua só um abastecedor de produtos primários ou commodities, falta de competitividade na diversificação do tipo, em quantidade e qualidade diante das potências que distribuem subsídios para seus produtores, e além de serem produtores de fertilizantes, fabricam e vendem a tecnologia agrícolas, as máquinas de produção agrícolas aos países do sul, entre outros a UEMOA.

Os acordos comerciais regionais possuem além de características comerciais, características estruturais vinculadas a um conjunto de fatores de proximidade: a distância geográfica (os custos de transporte), os vínculos culturais, históricos e lingüísticos, a similaridade dos sistemas políticos, o nível de vida ou as políticas comerciais.

A formação de um mercado comum exige exaustivos esforços; de acordo com Bastos (2008) apud Casella (1997), para a adoção do modelo mercado comum nos moldes da união européia, basicamente é necessário estabelecer um grau de coesão jurídica e institucional firme entre os parceiros, para que se possa assegurar a supressão das barreiras internas, tarifárias ou não tarifárias, e a unificação de tarifas externas. Também é necessário garantir a liberdade de circulação dos fatores de produção, a saber: mercadorias, pessoas, serviços e capitais. Isso asseguraria um grau mínimo de harmonização legislativa e implementação de políticas comuns, que eliminaram choques conceituais em setores vitais da economia e do direito, tais como as normas reguladoras da concorrência, o abuso do poder econômico, dumping e subsídios estatais. Criando um espaço homogêneo onde a atividade econômica passe a ser exercida sem entraves entre os parceiros envolvidos.

Bastos, Apud Nicolini (2001) afirma que no regionalismo aberto, os acordos de integração devem garantir a liberalização plena dos mercados dos países membros e o

processo de integração precisa ser regido por normas estáveis e transparentes, de maneira que os acordos recíprocos de integração atuem como garantia de que não haverá riscos ou incertezas no mercado comum. As listas de exceções devem ser raras para bens e serviços que serão excluídos do livre-comércio.

Por enquanto os blocos UEMOA e MERCOSUL não podem formar um mercado comum. Contudo, diante das oportunidades enormes da regionalização externa mundial, a formação de um mercado comum entre essas duas regiões econômicas poderia trazer vantagens para cada um deles.

6.2 – Potenciais e Perspectivas Plausíveis da Formação de um Mercado Comum UEMOA-MERCOSUL

A formação de um mercado comum entre UEMOA e MERCOSUL não é impossível em longo prazo, contudo medidas firmes devem ser tomadas por cada parte, no sentido de superar rivalidades ou interesses no que tange a liderança regional entre membros de um bloco, ou entre blocos. Desta forma, juntos, podem buscar a conquista de um maior poder de barganha em assuntos de interesse comum a todos os países integrados do hemisfério sul.

6.2.1 – Potencialidades

Um mercado comum entre os países da UEMOA e do MERCOSUL significa a garantia da circulação livre de bens, serviços, de capitais e de pessoas entre os países destes mercados.

Entre as maiores potencialidades se encontram o tamanho do mercado, 80 milhões de consumidores potenciais da parte da UEMOA e 206 milhões de consumidores do MERCOSUL. É possível ainda intensificar as trocas interiores, com o cancelamento da fiscalização aduaneira entre doze países, os prazos e os custos de transporte serão reduzidos. Ademais, os mercados públicos de todos os estados membros podem ser abertos a todas as empresas do mercado sul-sul.

Na situação atual do mundo, a riqueza de um país ou de um bloco econômico depende, sobretudo das riquezas naturais extraídas de seu subsolo ou da quantidade,

qualidade e preço de seus produtos manufaturados. O excedente da produção sobre o consumo de seu mercado interior é comercializado no mercado mundial em troca das necessidades que ele é incapaz de fornecer para si.

Produzir a preços competitivos facilita a exportação, mas não basta. É essencial buscar compradores e não se limitar a produção afim de não desencadear o desemprego

A UEMOA se apresenta como um mercado de consumo potencial com certa variedade de produtos manufaturados. Esse conjunto de 8 países que compõem a UEMOA, com uma industrialização leve, precisa diversificar seus parceiros comerciais, a fim de ter outras alternativas de produtos de abastecimento, que apresentem vantagens comparativas e preços mais competitivos.

6.2.2 – Perspectivas

A seguir aparecem listadas várias perspectivas que podem ser vislumbradas da associação dos mercados da UEMOA e do MERCOSUL:

- Formação de uma aliança estratégica internacional com abertura de novos mercados, novos produtos e novos processos com focos a Pesquisa e o Desenvolvimento, a produção de qualidade, o marketing e a adoção de normas técnicas no processo de produção.

- Como o número de pessoas sujeitas aos impactos do setor primário é muito grande, e devido ao fato dos preços dos produtos da terra estar em queda drástica e continua, é imperativa a formação de uma associação internacional dos produtores de produtos básicos. Este escritório internacional teria a função de participar no estabelecimento dos preços das matérias primas, com a finalidade de permitir aos produtores dos países do sul viver do fruto de seu trabalho de maneira digna, ao invés de competir em vão com os produtores do norte.

- Usar as várias formas de acordos contratuais entre os dois blocos: *joint-venturas*, consórcios, etc., com objetivos principais: (1) transferência de tecnologia; (2) complementaridade tecnológica; (3) marketing, economia de escala; (4) compartilhamento de riscos entre os dois blocos.

-Estudos de mercados simultâneos para identificar complementaridades plausíveis entre blocos, e vantagens comparativas e competitivas a respeito do tipo de produtos e, sobretudo buscar manter um equilíbrio nas trocas para manter as relações comerciais.

-Sessões de trabalho de representantes dos dois blocos para conceituar estratégias e consolidar as parcerias para que as trocas sejam equilibradas e lucrativas para cada bloco e para que sejam mais competitivas no mercado mundial. O Sul poderia conquistar melhor os mercados do Norte cujo acesso hoje é muito difícil, além de poder enfrentar barreiras não tarifárias ou o jogo das caixas de cor azul, laranja, etc. que dizem respeito à subvenção que recebem os produtores dos países do norte pela proteção de seus mercados.

-Concorrer na organização de um “mercado comum” efetivo como o da União Européia.

-Aproveitar as oportunidades oferecidas pela globalização a respeito dos investimentos diretos dos países estrangeiros e a abertura dos mercados da UEMOA na exportação.

-A respeito da moeda ancorada com o euro, um acordo pode ser estabelecido a respeito de uma taxa fixa para não ficar a mercê das flutuações imprevisíveis do dólar ou de outra moeda, fatos que podem causar prejuízos nas transações da UEMOA e do MERCOSUL.

-Buscar a forma adequada de harmonizar as políticas comerciais, cambiais, as políticas a respeito da circulação livre efetiva dos bens, serviços, capitais, pessoas entre os dois blocos. O impacto dessa integração econômica tem que ser percebida pelas populações ao transcender a pobreza, as desigualdades sociais e raciais, no desempenho da educação, etc.

-Aproveitar as oportunidades oferecidas pela globalização a respeito dos investimentos diretos nos países estrangeiros e a abertura dos mercados da UEMOA na exportação.

-Coordenar e reforçar a promoção dos produtos de exportação da UEMOA

-Expansão da cooperação e de parceria pelo desenvolvimento com o MERCOSUL que por enquanto é um exemplo de sucesso de integração regional dos países do Sul.

-Desenvolver avaliação nacional especializada por todos os países dentro da UEMOA a respeito do comércio internacional, das novas tecnologias da informação e da comunicação a fim de assegurar uma blindagem econômica regional e mundial.

-Aplicação de estratégias de reposicionamento, diplomacia ativa e preventiva de boa vizinhança para reforçar o agrupamento e resolver com facilidade desentendimentos geopolíticos; aplicação maior no respeito da democracia.

-Expansão da cooperação e de parceria pelo desenvolvimento com o MERCOSUL, que por enquanto é um exemplo de sucesso de integração regional dos países do Sul.

Buscar inserção no comércio internacional é impossível sem reformas internas profundas da UEMOA, então o próximo capítulo busca listar os fatores que condicionam uma efetiva integração econômica entre os blocos.

6.3 – Os Condicionantes de uma Integração Econômica Efetiva

De acordo com Bastos (2008), um estado/bloco integrado internamente, sem estabilidade política ou social é como uma sociedade em crise que não possui condições para impulsionar a integração. Embora a integração seja um meio para beneficiar o Estado Nacional, não terá sentido algum existir se esse Estado não trabalhar pela qualidade de suas instituições públicas, para que a lei seja cumprida com rigor, para que haja regulação de suas ações e haja vigoroso combate a corrupção. Portanto vencer os desafios da inserção no comércio internacional é impossível sem reformas internas profundas.

6.3.1 – Condicionantes para uma melhor exploração do Potencial de Crescimento da UEMOA

As perspectivas e desafios que se apresentam são de uma importância maior para as economias da UEMOA, portanto algumas medidas devem ser tomadas a respeito de:

- Saneamento do quadro macroeconômico e aceleração da aplicação das reformas estruturais necessárias para ativar um crescimento sustentável e durável para a UEMOA.

- O prosseguimento e a aceleração dos investimentos nas infra-estruturas, particularmente no quadro do Programa Econômico Regional, focado sobre o crescimento dos investimentos de transporte, educação, saúde e energia;

- O apoio a iniciativa privada à implementação de políticas de promoção das empresas de pequeno e médio porte e indústrias de pequeno e médio porte, através da melhoria da atratividade da UEMOA aos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE).

Dessa forma haverá uma melhora no quadro legal, jurídico e regulamentar dos negócios, além da modernização da administração pública, e da instauração de uma cultura de transparência e do bom governo.

Medidas também devem ser tomadas em relação a:

- aprofundar a integração econômica e monetária, com fins de reforçar o mercado comum, permitindo que o mesmo cumpra totalmente seu papel, apresentando oportunidades novas aos investidores;

- o melhoramento da atratividade do mercado financeiro regional, assim como a consolidação e o desenvolvimento do mercado e da dívida pública;

- o bom funcionamento do Mercado interbancário;

- o desenvolvimento de um sistema de pagamento seguro e eficiente.

O papel do banco central será sustentar, apoiar e fiscalizar ações empreendedoras que se seguirão e apoiar as reformas, em andamento, além de buscar medidas que viessem a preservar a estabilidade dos preços e do setor financeiro.

O conjunto dessa reformas permitiria alcançar um crescimento forte e durável na região de UEMOA e assegurar um bom financiamento das atividades econômicas.

6.3.2 – Sugestões a Respeito do MERCOSUL

Um reforço do bloco MERCOSUL é uma emergência para poder conservar sua identidade, a fim de expandir vínculos preferenciais no seio do hemisfério sul. Contudo falta realizar ainda progressos em alguns domínios como a implementação da TEC intra-MERCOSUL

Capítulo 7- Considerações Finais

A meta de nosso estudo é buscar meios e fazer propostas para a inserção da UEMOA no comércio internacional junto ao MERCOSUL, através da formação de um mercado comum entre os dois blocos do Sul, apesar das diferenças dos indicadores econômicos. A integração se apresenta como uma solução para os problemas estruturais que enfraquecem o crescimento da UEMOA. Para um desenvolvimento sustentável, sobretudo nesse contexto de crise atual, a integração se torna mais que essencial, é inevitável, assim como a intensificação da integração regional para um reforço nas economias da UEMOA para torná-las fortes, para atenuar as repercussões nefastas da crise econômica mundial atual.

A melhoria e o aumento das infra-estruturas, a implementação efetiva das políticas regionais comuns da UEMOA, o aumento dos investimentos internacionais e a segurança são os condicionantes ao aproveitamento total das oportunidades econômicas da integração intra-UEMOA; e no nível da inserção internacional, são as principais condições para atrair os investimentos ou a implantação dos IDE.

A integração regional produzida pelo MERCOSUL teve um papel positivo nas economias dos países envolvidos no bloco, mas secundário ao estar voltada para os objetivos primários de alcançar e preservar a estabilidade macroeconômica e abrir as economias. Nesse sentido, o MERCOSUL pode ser considerado muito mais um canal ou fonte complementar de dinamismo econômico, vivido pelos países do bloco. Contudo ainda há uma falta de coerência interna no que tange a convergência do quadro jurídico e sócio-político de um lado e de outro, a falta de harmonização das políticas de concorrência e de regulação setorial.

No caso dos países da UEMOA, estes países, de formas distintas e em graus e momentos históricos diferentes, apresentam enormes problemas econômicos e sociais resultado da ainda recente colonização e da extrema dependência econômica ao antigo país colonizador. Após quase cinquenta anos de relações comerciais econômicas e monetárias com uma das maiores potências mundiais, não teve “contágio de transferência tecnológica” (Hugon, 2006), o que poderia amenizar os desequilíbrios da balança de pagamentos da UEMOA, seu endividamento permanente em relação às instituições financeiras mundiais, e outras dificuldades exógenas e endógenas que levam a sua marginalização na esfera econômica mundial.

Como soluções temporárias, os países da UEMOA devem conseguir: (1) um aumento e uma diversificação substancial (escolha de setor lucrativo) nas pautas de exportação, e (2) um reforço do comércio intra-UEMOA, pois é vantajoso trocar mercadorias e dominar o comércio entre si antes de procurar fazê-lo fora do bloco.

Alguns cuidados devem ser tomados no intercâmbio para evitar que a troca de mercadorias seja um prejuízo para um dos parceiros ou para ambos. Apesar de tudo isto, o comércio internacional é só uma parte do crescimento econômico, pois a industrialização é a solução principal dos problemas clássicos da UEMOA e da maioria dos países da África.

Referências Bibliográficas

AMARAL, SANDRA MARIA DE CARVALHO. A dinâmica das relações comerciais do MERCOSUL a luz dos instrumentos de política comercial (1998-2005). UnB - Instituto de Relações Internacionais. Programa de mestrado em Relações Internacionais, Brasília-DF,2007.

BALASSA, BELLA. Teoria da integração econômica, 1ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1961.

BATISTA, GUSTAVO. O Déficit entre Acordado e Realizado no MERCOSUL: A influência dos grupos de interesse e o estudo do caso brasileiro, Programa de pós Graduação em ciências políticas, São Paulo, 2008

BARRAL, WELBER. Defesa Comercial no Mercosul. In BASSO,Maristela (org.).Mercosul-Mercosur : Estudos em homenagem a Fernando Henrique Cardoso.São Paulo :Atlas,2007,p.467.

BASTOS, APARECIDA LUCIANA. Avaliação do desempenho comercial do MERCOSUL: 1994 - 2005, Programa de pós Graduação em Historia Econômica , São Paulo, 2008.

BEÇAK, PEGGY. O Mercosul e a trajetória da integração Latino-Americana.As dimensões da integração restrita e ampliada.Dissertação de Mestrado.Programa de Pos – Graduação em integração da America Latina-PROLAM-USP-SP,março de 1999, p.10.

BENKO, GEORGE. La Science régionale, 1ed. Paris, 1998.

BEZEME ,YVES V. F., Impact du tarif extérieur commun appliqué en zone UEMOA sur le commerce intra-communautaire, - DEA de Macroéconomie Appliquée- Université de COCODY ,Abidjan, Cote d'Ivoire,2002.

BIELSCHOWSKI ,RICARDO. ‘*Evolución de las ideas de la CEPAL*’. Revista de la CEPAL.Cinquenta Anos ,Numero Extraordinário ,Santiago, outubro,1998.

BOURENANE, NACEUR, ‘*Des fondements théoriques et stratégiques de la construction communautaire*’ In Réal Lavergne (dir.), Intégration et coopération régionales en Afrique de l'Ouest, Karthala, Paris ,1996.

C.,BASILE, D.,DUPONT, F., LELOUP.”L’afrique de l’ouest vers un nouveau modele d’integration?” .Centre d’Economie Regionale de l’Emploi et des Firmes Internationales., Num 250-2001/9, Aix de Provence, 1996.

CASELAT, PAULO BORDA, ‘*Pequena E Medias Empresas e Integração no MERCOSUL*’. In: Basoo, Mariestela, Mercosul : seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos Estados-Membros.2.ed.Livraria do advogado,Porto Alegre,1997,p.256.

CERNAT, LUCIEN . Assessing south, south Regional Integration: same Issues, Manu Metrics, Unites Nations, New York and Genève, UNTAD/ITCD/TAB/22.2003.

COGGIOLA, OSVALDO LUIS ANGEL. “America Latina: integração e desintegração”. AMERICA Latina e a globalização. FFLCH/PROLAM-USP, São Paulo, 2004, p.11.

CONFERENCE DES MINISTRES DU COMMERCE DE L’UA SUR LES PRODUITS DE BASE.REPUBLIQUE UNIE DE TANZANIE - ARUSHA 21-23 Novembro 2005, AU/Min/Com/Decl. Rev. 1.

COUTINHO, L., JOÃO C. F., Estudo da competitividade da indústria brasileira, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994

DECALUWE, B., DISSOU Y., PATRY A., “Union Douaniere au sein de l’UEMOA.Una Analyse Quantitative” .CAIRN.INFO.2009.

DJOSSOU, JEAN MARIE, *L’Afrique, le GATT et l’OMC : entre territoires douaniers et regions commerciales*, Harmattan, Les Presses de l’Universite Laval, 2000.

G.,EPIPHANE, “ Cadre analytique pour l’évaluation des coûts et des avantages de l’intégration économique régionale en vue de minimiser les coûts et de maximiser la distribution équitable des avantages : conséquences sur les politiques nationale et régionale" , pour le compte de la Communauté des Nations Unies pour l’Afrique.1998

GOMES,EDUARDO B., Blocos econômicos e solução de controvérsias. 2.ed.Curitiba :Juruá,2008.

HUGON, PHILLIPS .L’économie de l’Afrique ,5ed, la Decouverte, Paris,2006.

IRACHANDE, ANINHO MUNCUNDRAMO. Direito de intervenção coleta e o governança global. Dissertação de MESTRADO. Brasília: UnB, 1996.

LAVERGNE ,REAL. *Intégration et coopération régionales en Afrique de l'Ouest*, Karthala - CRDI, Paris ,1996, p. 406.

MAIA, JAYME DE MARIZ. *Economia internacional e comercio exterior*. 7. ed. São Paulo: Atlas,2001.

MUCCHIELLI, JM., *Relations économiques internationales*, Hachette, 4 ed , 2005.

MYTELKA, LYNN KRIEGER. Partenariats pour l'innovation:nouveau role pour la cooperation sud-sud , Karthala-CRDI, Paris, 1996.

NICOLINI, ELISABETE R. Políticas de estabilização recentes de Argentina e Brasil e a estratégia de integração econômica proposta com o Mercosul.Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós – Graduação em Integração da America Latina – PROLAM – da Universidade de São Paolo USP- SP, 2001.

NOGUEIRA, MAIA; ADONIAS DE MEDEIROS; GENIVAL, CORDEIRO; FABIO, RODRIGUES; TERESA DE ARAUJO, Comércio internacional e crescimento Econômico dos Estados da região Nordeste-NE/Brasil; Uma investigação empírica. Universidades do Rio Grande Do Norte, UPANEMA-RN-BRASIL. 2009

OBSTFELD, M., KRUGMAN, PAUL, R.,Economia Internacional. Madrid. Pears Educación. ISBN 978-84-7829-080-2.2006

OUEDRAOGO, OUSMANE. *Une monnaie unique pour toute l'Afrique de l'ouest ?* Le dossier économique. Edition Karthala, paris, 2003

RASUL, SHAMS.Agriculture et Developpemnt Rural ,Synonyme d'amélioration du niveau de vie et de paix ? Les accords commerciaux intra-regionaux .Institut de Recherche de Hambourg, Allemagne. 1/2005.

ROCHA MARIA DA CONCEIÇÃO RAMOS. MERCOSUL - alcances da união aduaneira no ordenamento jurídico brasileiro. Rio de Janeiro; Lúmen Júris, 1999, p.24.

ROMAO, ANTONIO. *Comercio Internacional. Teorias e técnicas*. Lisboa. Instituto do Comercio Externo de Portugal. ICEP, 1991. Deposito legal: 48015/91

SANTANA, CARLOS HENRIQUE E KASAHARA, YURI. “Assimetrias, Interesses e Representação- os desafios da institucionalização do MERCOSUL”. Papeis Legislativos - OPSA, n.1. Op.Cit.Pág.19. , maio de 2007

SERRA, JOSE. Revista Exame, em 10/11/1993.

SCHAPOSNIK, EDUARDO CARLOS. "As teorias da integração e o MERCOSUL: estratégias". Florianópolis: UFSC, 1997.

SILBER, SIMÃO D. Evolução e tendência do comércio internacional. Serie Assuntos Internacionais. Coleção Documentos São Paulo: Instituto de Estudos Avançados IEA/USP, junho de 1995.

Tratado da UEMOA, (http://www.uemoa.int/CentreOMC/Stat_UEMOA.htm)

Vaz, A. C., "MERCOSUL aos dez anos: crise de crescimento ou perda de identidade?" Rev. bras. polít. int. vol.44 no. 1 Brasília Jan./June 2001

WHALLEY, J., "Why Do Countries Seek Regional Trade Agreements", NBER Working Paper Series 5552, Cambridge (Mass.).1996

Sites Web

http://www.uemoa.int/CentreOMC/Stat_UEMOA.htm

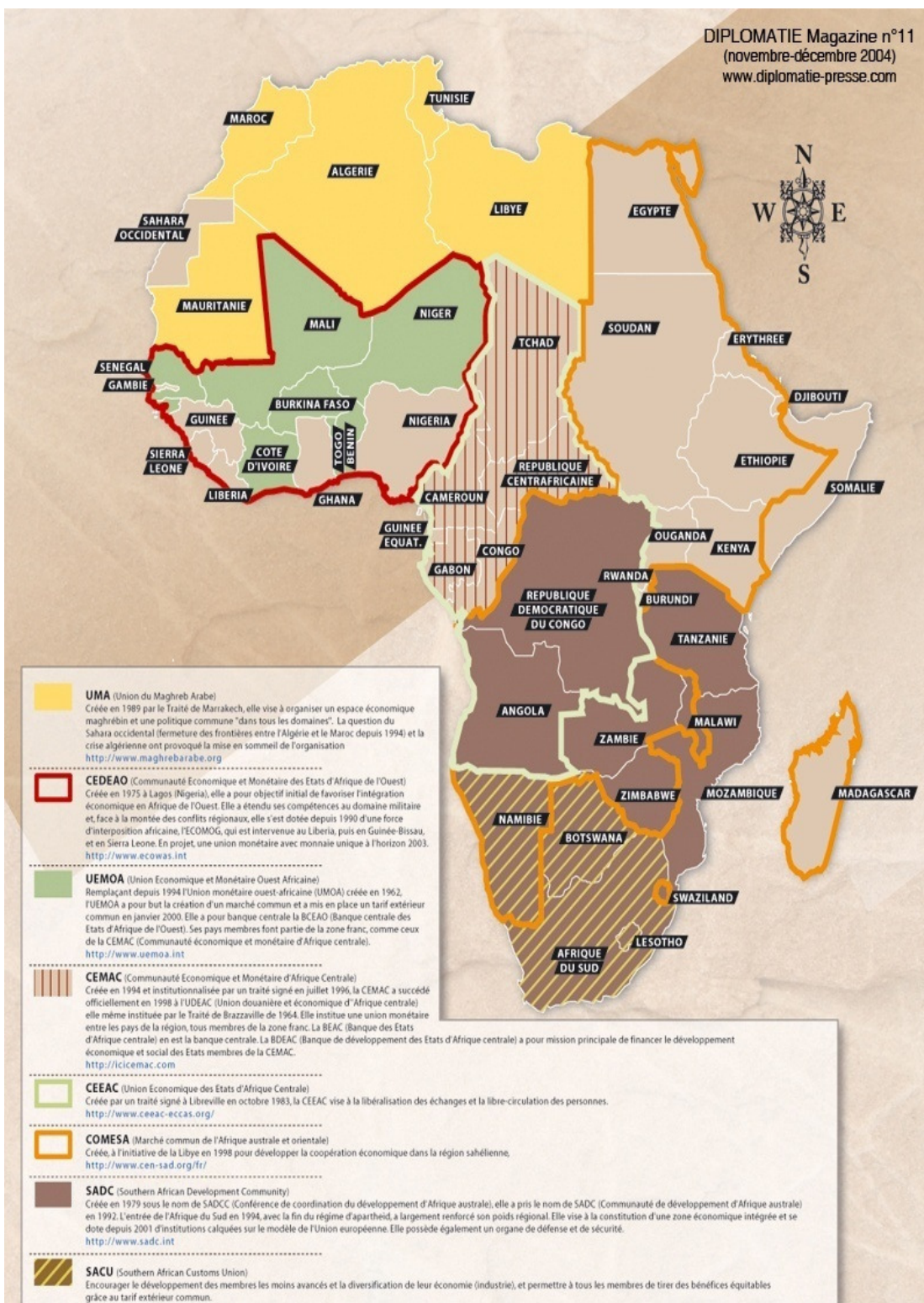
www.desenvolvimento.gov.br

www.banque-france.fr/fr/eurosys/zonefr/page8b.htm

<http://www.fundap.sp.gov.br/publicacoes/TextosTecnicos/download/Mercosul.PDF>

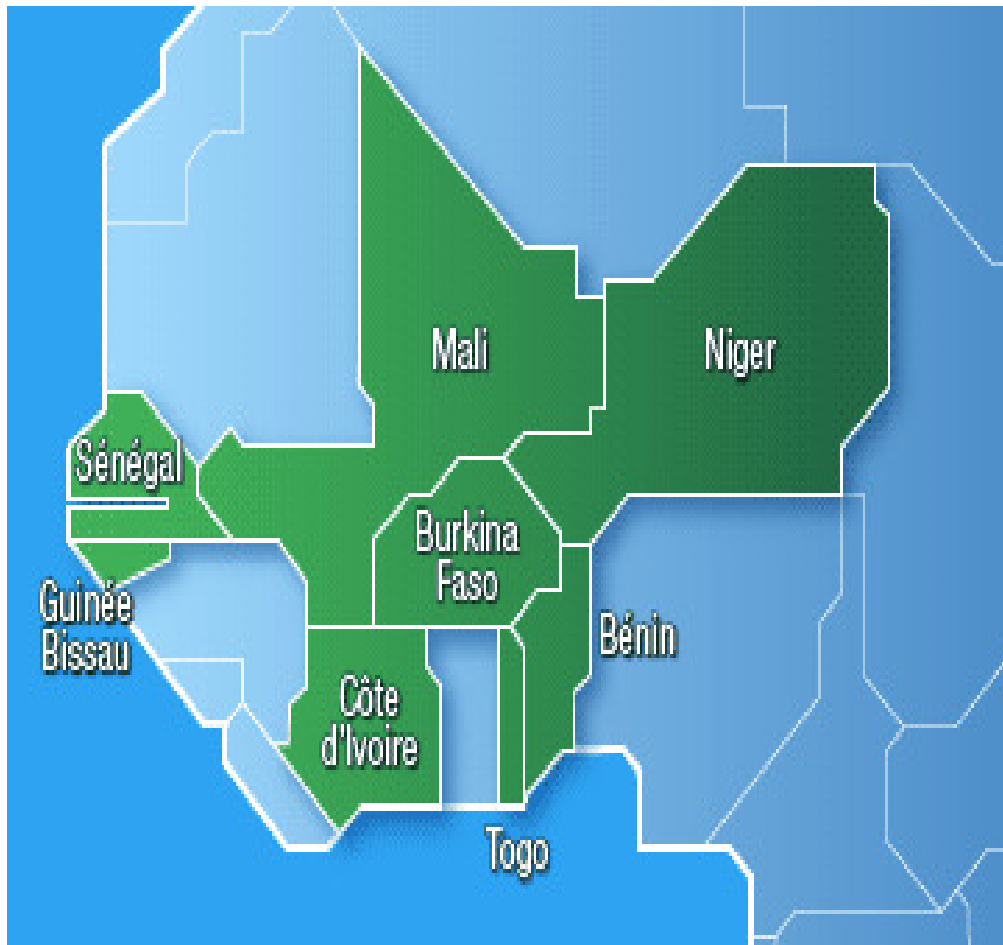
Anexos

A Integração Econômica e Institucional da África



Mapa da AFRICA

Mapa da UEMOA



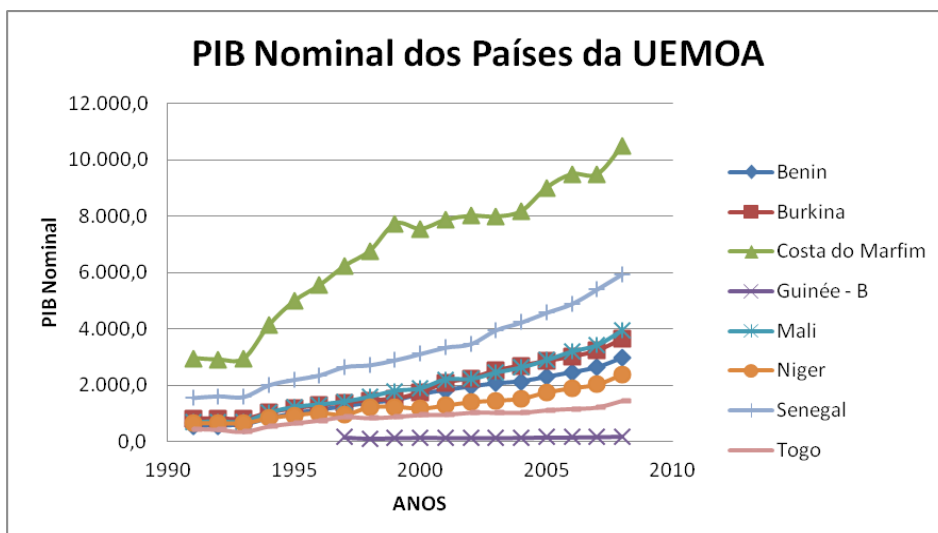
http://www.uemoa.int/CentreOMC/Stat_UEMOA.htm

Evolução do PIB Nominal dos Países da UEMOA em bilhões de FCFA (1991-2008)

Anos	Benin	Burkina-F	Costa Marfim	Guiné-B	Mali	Níger	Senegal	Togo	UEMOA
1991	535,5	814,7	2.960,0	n.d	685,3	656,6	1.551,5	455,5	7.659,1
1992	570,9	821,0	2.903,9	n.d	713,3	658,5	1.612,6	422,9	7.703,1
1993	601,8	796,0	2.946,5	n.d	707,4	651,2	1.588,6	352,3	7.643,8
1994	831,1	1.029,4	4.136,2	n.d	1.028,7	837,8	2.005,2	545,0	10.413,4
1995	1.002,9	1.175,5	4.987,7	n.d	1.231,0	938,7	2.196,9	653,6	12.186,3
1996	1.129,6	1.298,2	5.548,8	n.d	1.318,3	1.016,8	2.355,2	749,4	13.416,3
1997	1.249,8	1.379,2	6.234,4	162,7	1.422,9	953,6	2.649,6	874,8	14.927,0
1998	1.377,1	1.466,4	6.773,0	121,8	1.593,6	1.225,0	2.716,5	835,4	16.108,8
1999	1.470,0	1.518,1	7.734,0	138,2	1.802,7	1.242,6	2.893,1	878,8	17.677,5
2000	1.679,7	1.744,0	7.546,5	153,4	1.890,6	1.174,8	3.114,0	946,1	18.249,1
2001	1.832,0	2.090,4	7.869,5	145,8	2.212,0	1.285,8	3.342,7	955,3	19.733,5
2002	1.956,7	2.251,2	8.011,1	141,9	2.222,6	1.405,4	3.467,1	1.026,2	20.482,3
2003	2.067,5	2.525,8	7.984,3	138,9	2.453,6	1.466,3	3.960,8	1.025,8	21.622,9
2004	2.140,0	2.699,0	8.178,5	152,3	2.632,1	1.530,4	4.233,9	1.023,2	22.589,4
2005	2.298,7	2.862,7	9.011,8	161,8	2.893,9	1.755,0	4.582,3	1.113,1	24.679,3
2006	2.459,4	3.017,6	9.487,4	164,0	3.201,5	1.906,9	4.893,4	1.160,1	26.290,3
2007	2.641,3	3.230,6	9.486,5	174,6	3.424,5	2.035,4	5.407,7	1.212,8	27.613,4
2008	2.974,7	3.646,9	10.485,1	195,3	3.954,7	2.397,3	5.950,2	1.444,7	31.048,9

Fonte: estatísticas da BCEAO www.banque-france.fr/fr/eurosys/zonefr/page8b.htm acesso 15/04/2010

Evolução do PIB Nominal dos Países da UEMOA (Em Bilhões de F CFA)



Fonte: Estatísticas da BCEAO www.banque-france.fr/fr/eurosys/zonefr/page8b.htm acesso 15/04/2010

Comércio Exterior Anual dos Países do MERCOSUL com Países da UEMOA

❖ Argentina e a UEMOA

Ranking dos clientes da ARGENTINA e principais produtos vendidos em grau de importância

1-	2-	3-	4-
Benin	Guiné-Bissau	Burkina-Faso	Togo
(US\$ 1000) 3.149,173	(US\$ 1000) 2.367,563	(US\$ 1000) 2.166,015	(US\$ 1000) 1.185,497
Preparações de carne bovina Cereais: mais Produtos químicos: essenciais de trementina Leite integral Papel e cartão Açúcar e artigos de confeitaria Pescados congelados Reatores nucleares: juntas metal-plásticos,	Leite integral Azeite de soja Bebida (vinho e uva) Papel e cartão Preparações de carne ou de pescado, moluscos, crustáceos o demais invertebrados aquáticos Extratos de curtumes ou tinteiros Taninos e suas derivadas, pigmentos e demais	Açúcar e artigos de confeitaria Gorduras e aceites animais o vegetal Leite integral Preparações a base de cereais Cacau e suas preparações Tabaco	Preparações de carne bovina Açúcar a artigos de confeitaria Leite integral Cacau e suas preparações Ferro e aço Papel e cartão Produtos químicos Preparações a base de cereal

grupo electrogênio Maquina para exploração mineral			Produto cerâmico
5-	6-	7-	8-
Mali	Senegal	Níger	Costa do Marfim
(US\$ 1000) 1.115,837	(US\$ 1000) 364,473	(US\$ 1000) 232,444	(US\$ 1000) 156, 298
-Açucare artículos de confeitarias -Leite integral -Papel e cartão -Produtos fotográficos ou cinematográficos -Sucos -Veículos e material para via férreas o similares e suas partes	-Cereais: mais, arroz, trigo e morcajo -Papel e cartão -Veículos -Açúcar e artículos de confeitaria -Frutas -Sebo bovino -Produtos químicos -Querosene de aviação ou combustíveis mineral -Instrumento e aparatos de ópticas -Tortas -Queijo e requeijão	-Leite integral -Produtos químicos -Ferro e aço -Cisternas -Cereais: mais -Plásticos e suas obras -Preparações de carne bovina	-Ferro e aço -Preparações de carne -Combustível -Leite integral -Plástico e suas obras -Milho em grão -Carne e despejos comestíveis -Papel e cartão -Azeite de soja, Óleo de girassol

Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

As exportações da Argentina em direção da UEMOA são de (US\$ 1000)10.816,53 e as importações de (US\$ 1000) 3.874,87; com um déficit de (US\$ 1000)6.942,66 pela UEMOA.

Uma análise das exportações da Argentina em direção dos países da UEMOA mostra que após o estabelecimento dos dois blocos em 1994, as exportações da Argentina passaram de (US\$ 1000)242, 876 para (US\$ 1000) 722,61 em um ano (1996).

Exportações da Argentina para os países da UEMOA de 1995 a 2009 (US\$ 1000)

	BENIN	BURKINA. F	CMARFI M	GUINNE-B	MALI	NIGER	SENEGAL	TOGO	UEMOA
1995	145	46	6,863	n.d	13	28	12,61	1,403	242,876

1996	586	n.d	4,34	n.d	24	8	8,27	92	722,61
1997	336	29	15,66	-	163	47	5,341	51	596,001
1998	465	15	1,203	38	101	8	13,11	1,152	642,465
1999	320	66	7,377	n.d	98	-	6,488	2,313	500,178
2000	937	-	4,219	n.d	152	n.d	5,834	184	1283,053
2001	334	10	5,923	n.d	97	80	14,19	541	1082,113
2002	1,039	73	7,471	n.d	2,501	1,602	23,27	281	389,883
2003	1,925	63	3,595	268	451	2,262	15,05	1,262	806,094
2004	3,231	483	5,297	53	1,167	5,679	21,11	2,036	574,52
2005	2,382	462	14,42	292	1,447	8,129	29,57	4,018	813,966
2006	4,928	2,303	11,68	465	4,752	11,07	72,94	9,4	582,073
2007	4,808	912	17,23	472	1,733	7,472	56,24	7,596	1479,079
2008	5,051	3,55	35,59	777	2,429	13,53	80,45	4,64	922,24
2009	2,809	1,162	15,43	2,563	2,808	11,7	79,23	2,677	118,379
	3149,173	2166,015	156,298	2367,563	1115,837	232,444	364,473	1185,497	

Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

Ranking dos fornecedores da ARGENTINA e principais produtos vendidos em grau de importância

1	2-	3-	4-
Costa do Marfim (US\$	Senegal	Niger	Burkina-Faso
1000) 3.525,162	(US\$ 1000)177,71	(US\$ 1000) 322,000	(US\$ 1000) 30,000
-Combustíveis de minerais, aceites minerais e produtos de destilação (aceites matéria prima do petróleo ou de mineral betuminosos) -Fundição, ferro e aços	-Algodão: ilhados de algodão -Molusco e invertebrados aquáticos por consumo humano -Papel e cartão -Semelha e frutos oleaginoso	-Disco para sistema de leituras por raios laser	-Partes e acessórios para veículos automóveis -Fusíveis e curto circuito -Madeira, carvão, vegetal e manufaturas de madeiras

(produtos laminados de ferro,o aço sim laminar, de espessura superior ou igual a 600 mm) -Borracha e suas manufadoras -Cacau e suas preparações. -Frutas e frutos comestíveis -Milho -Madeira, carvão vegetal e manufaturados de madeiras -Sementes e frutas oleaginosas -Produtos químicos orgânicos -Plásticos e suas manufadoras	-Parte e acessórios de veículo automóveis -Maquinas aparatos e material elétrico -Unidade de controle o de adaptação e unidade de conversão de sinal -Parte e acessórios para veículos		-Os demais sulfatos -Planta de transmissão -As demais impressões, incluídos as estampas e fotografias
5-Togo	6- Guine-Bissau	7-Mali	8-Benin
(US\$ 1000) 11,000	(US\$ 1000) 7,000	(US\$ 1000) 6,000	(US\$ 1000) 1,000
Não há comercio	Não há comercio	-Veículos automóveis -Tratores -Velocípedes y demais veículos terrestres, suas partes e acessórios. -Combustíveis minerais, azeites minerais e produtos de suas destilação. -Produtos químicos, orgânicos. -Madeiras, carvão vegetal	-Não há comercio

Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

Importações da Argentina referente aos países da UEMOA de 1995 a 2009 (US\$ 1000)

	Benin	Burkina-F	CMarfim	Guiné-B	Mali	Níger	Senegal	Togo	UEMOA
1995	-	-	21,89	n.d	-	-	117	0	138,89
1996	-	n.d	71,67	n.d	-	-	27	7	105,67
1997	-	-	71,83	2	-	10	3	-	86,83
1998	-	-	24,82	-	1	91	1	3	120,82
1999	0	-	39,18	n.d	-	4	1	1	45,18
2000	-	0	49,28	n.d	0	n.d	2	0	51,28
2001	-	8	885	n.d	-	-	1	-	894
2002	-	0	779	n.d	-	0	3	-	782
2003	-	-	318	-	-	-	4	-	322
2004	-	8	496	-	0	-	3	-	507
2005	-	6	1,352	-	0	-	2,081	-	9,433
2006	-	3	1,67	-	4	-	4	-	12,67
2007	1	-	1,299	5	-	217	1	-	225,299
2008	-	5	2,171	-	0	0	6,629	-	13,8
2009	-	95	762	-	1	0	2	-	860
	1	30	3525,162	7	6	322	177,71	11	

Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

❖ Brasil e a UEMOA

Ranking dos clientes do BRASIL e principais produtos vendidos em grau de importância

1	2	3
NIGER	GUINE-BISSAU	TOGO
Vidros e suas obras Papel e cartão Borracha e suas obras Cacau e suas preparações Obras de pedras Plásticos e suas obras Veículos	Aparelhos elétricos Carne Leite Açúcar Suco Ferro Caldeiras de vapor	Açúcar Ferro e aço, ferro fundido Papel e cartão Borracha Zinco e suas obras

Café solúvel Açúcar	Moveis Produtos químicos Borracha Reatores nucleares	
------------------------	---	--

4	5	6
BURKINA-FASO	BENIN	SENEGAL
(US\$ 1000) 1.240,519	(US\$ 1000) 1.184,457	(US\$ 1000) 968,366
Veículos Ferro e aço Papel e cartão Açúcar Borrachas e suas obras Animais vivos da espécie bovina	Açúcar Papel e cartão Ferro e aço Cereais Carne bovina	Açúcar Plásticos e suas obras Papel e cartão Óleos de soja Cereais (arroz) Fumo Leite Pimenta Animais vivos Ferro Veículos

7 Mali (US\$ 1000) 950,159	8 Costa do Marfim (US\$ 1000) 664,126
---	---

- Açúcar - Ferro	-Ferro -Reatores nucleares -Combustíveis minerais: óleos brutos de petróleo ou de minerais -Produtos químicos orgânicos (ácidos glutâmicos) -Papel e cartão -Veículos automóveis, tratores, chassis com motor para veículos. -Óleo de soja -Açúcar -Borracha: pneu -Cimento -Carne de frango
---------------------	--

Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

Exportações do Brasil para os países da UEMOA (US\$ 1000)

	Benin	Burkina-F	C.Marfim	Guinne-B	Mali	Niger	Senegal	Togo	UEMOA
1995	3,247	1,130	28,032	196	4,202	1,112	35,780	1,658	271,161

199 6	1,324	2,232	46,869	563	5,391	663	28,907	2,153	1312,876
199 7	749	630	24,720	361	1,609	469	15,869	2,176	2253,374
199 8	1,149	1,569	31,568	118	853	807	16,412	773	2601,698

199 9	2,340	1,536	24,052	177	7,032	806	12,362	1,972	1032,294
200 0	1,552	525	20,075	125	2,662	14	9,557	359	1056,846
200 1	8,068	1,032	32,681	270	1,535	26	19,081	1,136	359,533

200 2	7,678	1,886	34,512	181	9,350	38	28,481	3,104	304,011
200 3	12,779	5,076	24,181	258	7,444	1,126	56,255	7,120	371,981
200 4	18,304	6,893	39,059	285	4,958	2,908	74,105	15,209	446,436

200 5	31,804	19,328	43,198	1,043	13,545	584	128,942	27,451	849,311
200 6	36,741	4,540	70,916	3,765	12,733	2,413	74,358	30,765	236,231
200 7	39,342	10,230	58,538	10,733	11,521	1,769	158,373	37,625	328,131

2008	130,547	10,169	71,053	8,428	5,576	961	174,861	40,962	1402,596
2009	140,582	19,898	114,672	11,661	9,601	4,724	135,023	66,826	502,987
	1184,457	1240,519	664,126	2569,63	950,159	4382,052	968,366	1370,157	

Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

Ranking dos fornecedores do BRASIL e principais produtos vendidos em grau de importância

1 Senegal (US\$ 1000) 2.800,544	2 Benin (US\$ 1000) 1.924,564	3 Togo (US\$ 1000) 1.025,354	4 Costa do Marfim (US\$ 1000) 597,803
-Algodão -Açúcar -Goma -Couro -Sal - Bebidas alcoólicas (licor)	Algodão	Algodão Fosfato Peixe	Cacau e suas preparações Borracha e suas obras Algodão Sementes e frutas oleaginosos (caju e castanhas) Coco Extrato tanante e tintoriais

5 Niger (US\$ 1000) 379,613	6 Burkina-Faso (US\$ 1000) 375,741	7 Mali (US\$ 1000) 218, 32	8 Guinne-Bissau (US\$ 1000) 37
-Plásticos e suas obras -Papel e cartão -Combustíveis (Gás líquido e petróleo) -Obras de espantaria ou de cestaria -Maquinas: aparelhos para interrupção ou interruptores -Reatores nucleares: distribuidor de conexões para rede (hub)	-Algodão -Pele de ovinas -Parte e acessórios dos veículos -Castanha de caju -Madeiras marchetada e obras de madeiras -Plantas -Maquina e aparelhos para projeção	-Algodão	-Cabelos dispostos para a fabricação de perucas -Maquina, aparelhos e materiais elétricos outros interrupção

Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

Importações do Brasil referente a países da UEMOA (US\$ 1000)

	Benin	Burkina-F	C.Marfim	Guiné-B	Mali	Níger	Senegal	Togo	UEMOA
1995	44,129	-	1,444	-	17,837	-	2,835	8,728	74,973
1996	37,276	6,340	6,768	-	2,328	-	13,412	39,641	105,765
1997	91,193	2,966	15,514	-	15,077	-	5,046	28,273	158,069
1998	86,462	1,482	17,778	1	28,853	93	4,455	15,063	248,093
1999	57,558	2,563	71,178	-	10,417	-	558	25,161	724,877
2000	31,362	1,751	68,995	-	25,365	11	1,863	7,606	147,942
2001	13,200	2,820	20,278	-	9,650	1,613	2,107	3,999	53,667
2002	1,014	-	26,063	-	1,058	-	797	803	1628,135
2003	533	1,403	42,899	-	5	2	140	4,620	728,922

2004	951	158	15,352	-	3	0	1,331	9,012	1137,695
2005	2	30	18,660	-	33	1	26	10,674	121,334
2006	5,906	27	36,793	2	4,771	16	288	6,343	386,813
2007	5,464	5,416	66,259	-	11,964	13	368	15,722	485,825
2008	65	0	106,395	-	50	197	11,495	47,512	477,402
2009	-	136	83,427	34	0	45	581	0	879,427
	1924,564	375,741	597,803	37	218,32	379,613	2800,544	1025,354	

Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

❖ Paraguai e a UEMOA

Os clientes privilegiados do PARAGUAI e os principais produtos vendidos em grau de importância

1	2	3	4
Costa do Marfim	Senegal	Benin	Togo
(US\$ 1000) 2.262	(US\$ 1000) 1.135,993	(US\$ 1000) 646,00	(US\$ 1000) 631,00
-Carne y despojos comestíveis -Preparações de carne, pescado o de crustáceos moluscos os demais invertebrados aquáticos. -Os demais produtos de origem animal -Madeira, carbono vegetal e manufaturado de madeira. -Manufaturados de couro -Tabacos sucedâneos do tabaco elaborados -Reator nuclear, caldeiras, maquina de acceirar.	-Carne e despojos comestíveis -Tabaco e sucedidos do tabaco elaborados -Algodão	- Carne e despojos comestíveis - Tabaco e sucedidos do tabaco elaborados	-Sal, enxofre, terras y pedras, argilas calcárias e cimento -Coros y peles de bovino -Fundição, ferro e acero -Aceites essenciais e resinóides -Algodão (simplesmente desmontado)

5	6	7	8
Níger	Mali	Burkina-Faso	Guiné - Bissau
(US\$ 1000) 380, 082	(US\$ 1000) 71,00	(US\$ 1000) 56,00	(US\$ 1000) 45,00

-Tabaco sucedâneo do tabaco -Carne e despojos comestíveis -Preparações alimentícias diversas -Pele e couro -Madeira, carbono vegetal y manufatura de madeira -Veículos automóveis	-Tabaco e sucedidos do tabaco elaborados	-Tabaco e sucedidos do tabaco elaborados	-Carne e despojos comestíveis
--	--	--	-------------------------------

Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

Exportações do Paraguai para os países da UEMOA (US\$ 1000)

	Benin	Burkina-F	C.Marfim	Guiné-B	Mali	Níger	Senegal	Togo	UEMOA
1995	n.d	n.d	33	n.d	n.d	n.d	23	n.d	56
1996	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
1997	n.d	10	9	n.d	71	n.d	10	n.d	100
1998	n.d	20	14	n.d	n.d	n.d	25	n.d	59
1999	n.d	13		n.d	n.d	n.d	21	n.d	34
2000	n.d	13	10	n.d	n.d	n.d	13	n.d	36
2001	180	n.d	5	n.d	n.d	n.d	24	n.d	209
2002	-	n.d	6	n.d	n.d	n.d	13	23	42

2003	28	n.d	31	n.d	n.d	-	128	n.d	187
2004	56	n.d	278	n.d	n.d	n.d	n.d	256	590
2005	180	n.d	446	n.d	n.d	245	n.d	339	1010
2006	n.d	n.d	192	45	n.d	31	n.d	13	281
2007	n.d	n.d	88	n.d	n.d	61	603	n.d	752
2008	202	n.d	158	n.d	n.d	1,082	273	n.d	904,082
2009	n.d	n.d	992	n.d	n.d	42	2,993	n.d	1036,993
	646	56	2262	45	71	380,082	1135,993	631	

Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

Importações do Paraguai referente a países da UEMOA no perío do de 1995 a 2009 (US\$ 1000)

	Benin	Burkina.F	CMarfim	Guiné-B	Mali	Níger	Senegal	Togo	UEMOA
1995	n.d	n.d	-	n.d	n.d	n.d	-	n.d	n.d
1996	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
1997	n.d	-	-	n.d	-	n.d	-	n.d	n.d
1998	n.d	-	-	n.d	n.d	n.d	-	n.d	
1999	n.d	-	-	n.d	n.d	n.d	-	n.d	
2000	n.d	-	-	n.d	n.d	n.d	43	n.d	43
2001	n.d	n.d	-	n.d	n.d	n.d	16	n.d	16
2002	-	n.d	-	n.d	n.d	n.d	-	-	
2003	1	n.d	-	n.d	n.d	0	-	822	823
2004	-	n.d	-	n.d	n.d	n.d	n.d	2,385	2,385
2005	-	n.d	0	n.d	n.d	20	n.d	2,442	22,442
2006	n.d	n.d	-	-	n.d	305	n.d	-	305

2007	n.d	n.d	18	n.d	n.d	395	-	n.d	413
2008	-	n.d	66	n.d	n.d	403	-	n.d	469
2009	n.d	n.d	1	n.d	n.d	100	-	n.d	101
	1	n.d	85	n.d	n.d	1223	59	827	

Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

❖ URUGUAI E A UEMOA

Os clientes privilegiados do URUGUAI e os principais produtos vendidos em grau de importância

1 –	2 –	3 –
Níger	Togo	Costa do

(US\$ 1000) 1.929,827	(US\$ 1000) 1.545.201	(US\$ 1000)
-Leite integral -Pescados e crustáceos, moluscos e demais invertebrados aquáticos	-Nata, leite integral -Leite e demais estruturas flutuantes -Pescados e crustáceos, moluscos e demais invertebrados acústicos -Carne e despojos comestíveis	-Carne y -Pescado demais i -Leite e m -Leite im -Queijo e -Graxas -Prepara
5 Benin	6 Guinne-Bissau	7 Mali
(US\$ 1000) 775,401	(US\$ 1000) 663,968	(US\$ 1000)
-Pescados y crustáceos, moluscos y demais invertebrados aquáticos -Cereais: arroz -Carne e despojos comestíveis -Produtos químicos inorgânicos: cromo -Produtos farmacêuticos -Resíduo desperdício de lãs indústrias alimentaria; Alimentos preparados para animais. -Queijo e requeijão	-Carne e despojos comestíveis	-Leite im

Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

Exportações do URUGUAI para Países da UEMOA (US\$ 1000)

	Benin	Burkina-F	C.Marfim	Guiné-B	Mali	Níger	Senegal	Togo	UEMOA
199									8,541
5	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	8,541	n.d	
199			15				7,920		22,920
6	n.d	n.d		n.d	n.d	n.d		n.d	
199			30				7,755	-	37,755
7	n.d	n.d		n.d	n.d	n.d			

1998	n.d	n.d	1	-	n.d	n.d	6,805	-	7,805
1999	n.d	n.d	-	-	n.d	n.d	1,763	-	1,763
2000	8	n.d	-	-	n.d	n.d	3,569	-	11,569
2001	n.d	n.d	10	-	n.d	n.d	773	-	783
2002	16	n.d	175	n.d	n.d	n.d	364	-	555
2003	50	n.d	317	n.d	n.d	23	2,975	-	392,975
2004	48	n.d	469	n.d	53	-	6,919	138	714,919
2005	150	8	413	n.d	55	256	15,046	151	1048,046
2006	1,311	n.d	1,281	41	31	845	13,541	594	1527,133
2007	488	210	7,025	605	95	780	12,645	51	2248,670
2008	12,134	n.d	2,497	15	-	2,827	24,870	610	767,328
2009	1,956	83	14,887	2,968	198	23	22,058	1,201	347,070
	775,401	301	1455,69	663,968	432	1929,827	1271,407	1545,201	

Fonte : : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

Ranking dos fornecedores do URUGUAI e principais produtos vendidos em grau de importância

1	2	3	4	5
Senegal (US\$ 1000) 1.234,009	Togo (US\$ 1000) 616,43	Costa do Marfim (US\$ 1000) 376	Guiné-Bissau (US\$ 1000) 123,551	Mali (US\$ 1000) 1
-Fosfatos de cálcio naturais -Maquinas, aparatos e material elétrico , suas partes (circuitos presos com componentes elétricos o eletrônicos montados,unidades de discos magnéticos,cabixis de impressões ,excetos os térmicos e os de jato de tinta,placas de memória com uma superfície inferior ou igual a 50 cm2) -ferramentas e úteis, artigos de garfo e talheres de mesa, de metal comum.	-Sal, enxofre, terras e pedras, argilas, cales e cimentos (fosfatos de cálcio naturais) -Pescados e cretáceos, moluscos e demais invertebrados aquáticos -Álcool etílico sem desnaturalizar	-Madeira, carbono vegetal e manufaturas de madeira -Cacau e suas preparações -Maquina de cortar o cabelo ou tosar	- Combustíveis de minerais, -Aceites minerais e produtos de sua destilação -materiais betuminosos, -Ceras minerais	-Partes e acessórios de impressoras ou grafiteadores

Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

Os principais fornecedores do Uruguai são:

1 - Senegal (US\$ 1000) 1.234,009

2 - Togo (US\$ 1000) 616,43

3 - Costa do Marfim (US\$ 1000) 376

4 - Guiné-Bissau (US\$ 1000) 123,551

5 - Mali US\$ 1000

Não há comercio entre os países seguintes da UEMOA :o Benin, o Burkina-Faso, o Níger com o Uruguai.

Importação do URUGUAI referente a Países da UEMOA (US\$ 1000)

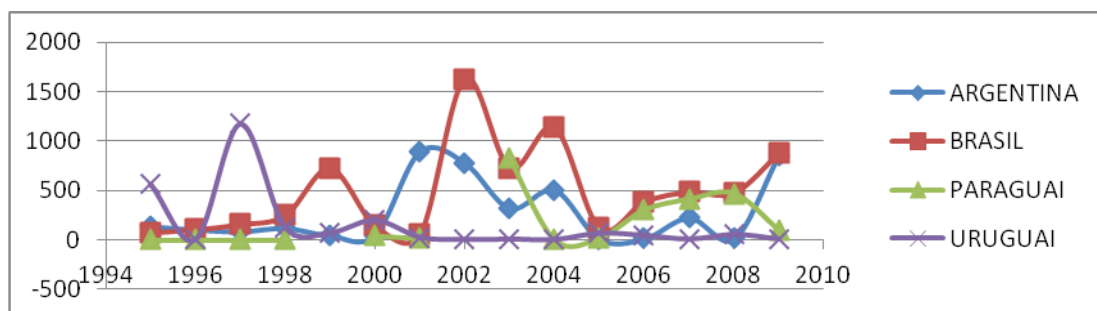
	Benin	Burkina. f	C.Marfim	Guiné-b	Mali	Níger	Senegal	Togo	UEMOA
1995	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	-	565	n.d	565
1996	n.d	n.d	-	n.d	n.d	-	1,154	n.d	1,154
1997	n.d	n.d	-	n.d	n.d	-	590	586	1.176
1998	n.d	n.d	98	25,157	n.d	-	-	2,294	125,451
1999	n.d	n.d	51	18,449	n.d	-	-	1,157	70,606
2000	n.d	n.d	140	56,855	n.d	-	-	1,867	198,722

200 1			-	23,090	-	-	1,812	24,902
	n.d	n.d			n.d			
200 2			-		-	1	1,173	2,173
	n.d	n.d		n.d	n.d			
200 3			-		-	3	3,130	6,130
	n.d	n.d		n.d	n.d			
200 4			-		-	-	1,944	1,944
	n.d	n.d		n.d				
200 5			62		-	-	3	66,469
	n.d	-		n.d			1,469	
200 6			25	-	1	-	15	45,073
	n.d	n.d					4,073	
200 7			-	-	-	-	1,855	6,862
	n.d	-					5,007	
200 8			-	-	0	-	47	53,504
	n.d	n.d					6,504	
200 9			0	-	-	-	7	7
	n.d	-					-	

			376	123,551	1	-	1234,009	616,43	
	n.d	-							

Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

Evolução e Tendências do Comercio internacional UEMOA-MERCOSUL (1995 a 2009)



Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

Evolução das Importações Feitas por Países do MERCOSUL Provenientes do Bloco UEMOA

	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	MERCO SUL
1995	138,89	74,973	n.d	565	778,863
1996	105,67	105,765	n.d	1,154	212,589
1997	86,83	158,069	n.d	1.176	1.420,899
1998	120,82	248,093	n.d	125,451	494,364
1999	45,18	724,877	n.d	70,606	840,663
2000	51,28	147,942	43	198,722	440,944
2001	894	53,667	16	24,902	988,569
2002	782	1.628,135	n.d	2,173	2.412,308
2003	322	728,922	823	6,13	1.880,052
2004	507	1.137,695	2,385	1,944	1.649,024
2005	9,433	121,334	22,442	66,469	219,678

2006	12,67	386,813	305	45,073	749,556
2007	225,299	485,825	413	6,862	1.130,986
2008	13,8	477,402	469	53,504	1.013,706
2009	860	879,427	101	7	1.847,427
	4.174,872	7.358,939	2.194,82	7	2.350,99

Fonte: Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

n.d = não disponível

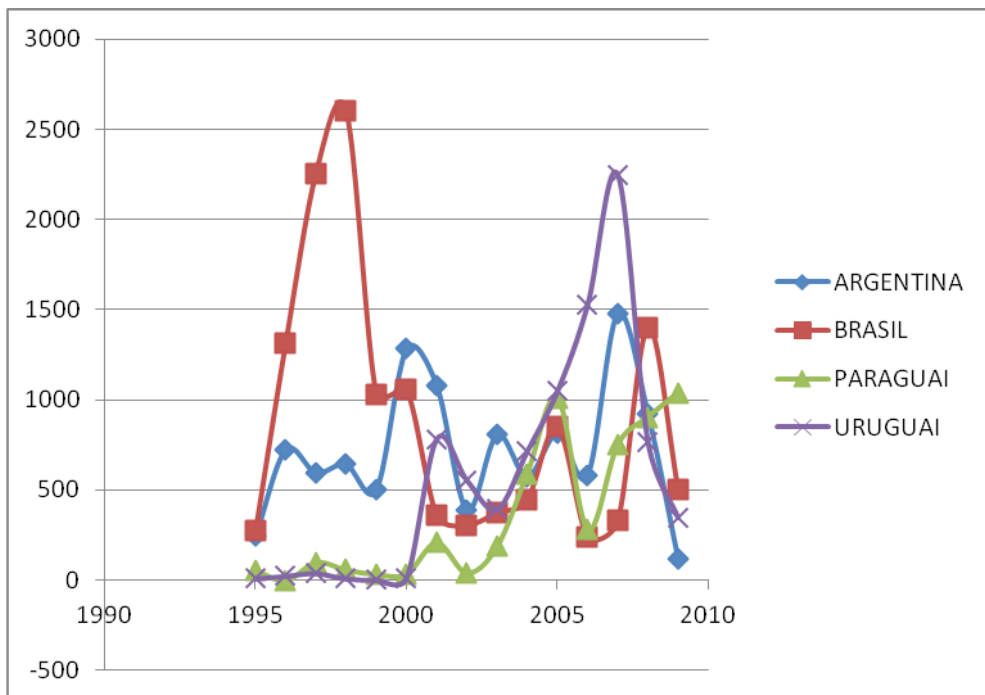
Evolução das Exportações Feitas por Países do MERCOSUL Provenientes do Bloco UEMOA no período de 1995 a 2009 ()

	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	MERCOSUL
1995	242,876	271,161	56	8,541	578,578
1996	722,61	1.312,876	n.d	22,92	2.058,406
1997	596,001	2.253,374	100	37,755	2.987,13
1998	642,465	2.601,698	59	7,805	3.310,968
1999	500,178	1.032,294	34	1,763	1.568,235
2000	1.283,053	1.056,846	36	11,569	2.387,47
2001	1.082,113	359,533	209	783	2.433,65
2002	389,883	304,011	42	555	1.290,894
2003	806,094	371,981	187	392,975	1.758,05
2004	574,52	446,436	590	714,919	2.325,875
2005	813,966	849,311	1.010	1.048,046	3.721,323
2006	582,073	236,231	281	1.527,133	2.626,437
2007	1.479,079	328,131	752	2.248,67	4.807,88
2008	922,24	1.402,596	904,082	767,328	3.996,246
2009	118,379	502,987	1.036,993	347,07	2.005,429

	10.755,53	13.329,47	5.297,075	8.474,494	
--	-----------	-----------	-----------	-----------	--

Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)

Evolução Geral das EXPORTAÇÕES dos Países do MERCOSUL Provenientes da Bloco UEMOA de 1995 a 2009 (US\$ 1000)



Fonte : <http://nt5000.aladi.org/sii/> (Adaptação)